

PREGÃO ELETRÔNICO

90013/2026

CONTRATANTE (UASG)

Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Subsecretaria
Pedagógica (080356)

OBJETO

Contratação de serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/03/2026 às 10h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço / por item

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 7 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 10 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 12 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 14 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 14 |
| 11. DOS RECURSOS | 15 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 15 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 18 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 18 |



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90013/2026

(Processo Administrativo nº 015.00860485/2024-09)

Torna-se público que a **Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**, por meio da **Subsecretaria Pedagógica**, sediada na Praça da República, nº 53, Centro, São Paulo/Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de **serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, enquadrando-se como serviços comuns não contínuos e não definidos como serviços de engenharia**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os **itens 1, 2 e 3**, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6.10. entidades privadas sem fins lucrativos, tendo em vista a incompatibilidade entre as condições de execução do objeto a ser contratado e as características dessas entidades.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos [§§ 1º](#)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:
- **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Item 1;**
 - **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para o Item 2;**
 - **R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para o Item 3.**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCDI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
 - 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
 - 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.8.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.12.3.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): licitacao.seduc@educacao.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1, **bastando o licitante informar o número da contratação ou preencher os filtros**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a **assinatura de Termo de Contrato**, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **até 01 (um) mês**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Apêndice – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 14.15.3. ANEXO III – Resolução Seduc nº 28 de 23/02/2026;
- 14.15.4. ANEXO IV Modelo(s) referente(s) a planilha de proposta;
- 14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

São Paulo, na data da assinatura digital.

Daniel Cabral Casado de Barros
Subsecretário



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, no âmbito do Programa de Educação Profissional Paulista**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Região 1 - Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo André, São Paulo, Suzano, Guarulhos Sul, Mauá, São Bernardo do Campo

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO |
|------|---|--------|-------------------|----------------------|--|
| 1 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 1.257 | 600 HORAS |

Região 2 - Itatiba, Piracicaba, São José do Rio Preto, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Limeira, Marília, Jundiaí, Bragança Paulista, Rio Claro

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO |
|------|---|--------|-------------------|----------------------|--|
| 2 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 546 | 600 HORAS |

Região 3 - Registro, Santos, Taubaté, Praia Grande

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO |
|------|---|--------|-------------------|----------------------|--|
| 3 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 196 | 600 HORAS |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do [Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023](#).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses, contados do(a) assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do [Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023](#), conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000095/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 10/07/2025;
- III) Id do item no PCA: 54;
- IV) Classe/Grupo: OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO;
- V) Identificador da Futura Contratação: 80356-3515/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Sustentabilidade ambiental:
A instituição contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais, preferencialmente utilizando sistemas digitais para tramitação de documentos, evitando impressões desnecessárias, e promovendo o uso racional de recursos como água, energia elétrica e materiais de consumo. Sempre que possível, deverá priorizar o uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis nos processos operacionais e pedagógicos do projeto.

4.1.2. Sustentabilidade social e institucional:
A contratada deverá atuar em conformidade com os princípios da inclusão social, da equidade e da valorização da diversidade, assegurando acessibilidade para estudantes com deficiência ou necessidades



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

específicas, além de respeitar critérios éticos, legais e de responsabilidade social em todas as etapas do projeto. Deverá, ainda, garantir condições adequadas de trabalho para preceptores, supervisores e demais profissionais envolvidos, promovendo um ambiente seguro, ético e colaborativo.

4.2. A instituição a ser contratada deverá observar rigorosamente os preceitos legais vigentes, as diretrizes curriculares e pedagógicas aplicáveis, bem como os princípios da economicidade, eficiência, segurança jurídica, transparência, equidade e sustentabilidade. É responsabilidade da contratada assegurar a execução integral e conforme os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência.

Dos Requisitos Mandatórios da Solução e da Execução

4.3. A solução a ser prestada pela CONTRATADA deve ser integrada e atender, de forma indissociável, a todos os requisitos detalhados abaixo:

4.3.1. Requisitos de Qualificação Técnica e Operacional:

4.3.1.1. Experiência Comprovada: A licitante deverá comprovar, por meio de um ou mais atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ter executado serviços de gestão e operacionalização de estágios na área da saúde para um contingente de, no mínimo, 40% da quantidade de alunos prevista no(s) lote(s) pretendidos, e tendo operacionalizado o objeto de contratação por um período mínimo contínuo de 3 (três) anos.

4.3.1.2. Estrutura de Pessoal Qualificado:

a) Coordenador Técnico Geral: Profissional com dedicação exclusiva ao contrato, com formação superior em Enfermagem, registro ativo no COREN-SP e experiência mínima de 5 (cinco) anos em coordenação de estágios em saúde, comprovada por meio de CTPS, contratos ou declarações garantindo visitas técnicas periódicas a 100% dos campos de estágio ativos.

b) Alocar orientadores de campo (Enfermeiros com COREN ativo) na proporção exigida pelas normativas do COFEN/COREN, garantindo acompanhamento efetivo e contínuo dos estudantes nos cenários de prática.

4.3.2. Requisitos Funcionais e Técnicos da Plataforma de Gestão:

4.3.2.1. Disponibilidade e SLA: A CONTRATADA deverá garantir um Acordo de Nível de Serviço (SLA) de disponibilidade da plataforma de, no mínimo, 99,5% do tempo, medido mensalmente, sob pena de glosa no pagamento. O acesso deve ser via browser, com design responsivo para dispositivos móveis.

4.3.2.2. Segurança e LGPD: A plataforma deve possuir certificação de segurança (SSL/TLS), política de backup periódico e trilhas de auditoria (logs) que registrem todas as ações relevantes dos usuários. O controle de acesso por perfis (RBAC) é mandatório.

4.3.2.3. Módulos e Funcionalidades Essenciais: Além dos módulos já citados, a plataforma deverá permitir a emissão de declarações e certificados com código de verificação de autenticidade e possuir um sistema de alerta para pendências (ex: TCE não assinado, carga horária incompleta).

4.3.3. Requisitos Pedagógicos e de Supervisão:

4.3.3.1. Elaboração e Aprovação dos Planos de Estágio: Os Planos de Atividades de Estágio deverão ser submetidos à aprovação da SEDUC-SP com antecedência mínima de 30 dias do início das atividades de cada turma.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

4.3.3.2. Garantia de Preceptoría Qualificada e Rastreável: A CONTRATADA deve manter um cadastro atualizado de todos os preceptores, vinculando cada estudante ao seu respectivo preceptor na plataforma de gestão.

4.3.3.3. Programa de Capacitação com Certificação: O programa de formação continuada para preceptores e supervisores deverá ter carga horária mínima anual e emitir certificados de participação, cujo relatório deverá ser enviado semestralmente à fiscalização.

4.3.4. Requisitos de Gestão Administrativa, Jurídica e Regulatória:

4.3.4.1. Conformidade Regulatória Proativa: A CONTRATADA tem o dever de se manter atualizada sobre quaisquer alterações na legislação e normas aplicáveis, ajustando seus processos de forma proativa para garantir conformidade contínua.

4.3.4.2. Ciclo de Vida Documental 100% Digital: Todos os documentos deverão ter fluxo e assinatura digitais (via plataforma ou integração com sistemas de assinatura eletrônica com validade jurídica), eliminando a necessidade de trâmite físico de papéis.

4.3.4.3. Contratação de Seguro com Cobertura Adequada: A apólice de seguro contra acidentes pessoais deverá ter cobertura para morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médico-hospitalares e odontológicas (DMHO).

4.4. Da Prova de Conceito (PoC)

4.4.1. Justificativa e Objetivo: Com fundamento no art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a Prova de Conceito será exigida como condição para aceitação da proposta do licitante provisoriamente vencedor. Seu objetivo é mitigar os riscos de uma contratação ineficaz, permitindo à Administração verificar, na prática, se o licitante de menor preço possui a capacidade real de cumprir os requisitos essenciais deste Termo de Referência.

4.4.2 A Prova de Conceito deverá ser realizada no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização da etapa de lances e da convocação formal do licitante provisoriamente vencedor pelo pregoeiro.

4.4.3. Formato e Procedimentos: A PoC consistirá em uma Sessão de Demonstração Técnico-Funcional, realizada de forma remota e síncrona, com duração máxima de 2 horas. Caso o licitante provisoriamente vencedor seja reprovado, será convocado o próximo da lista de classificação. A sessão será gravada e um parecer técnico fundamentado registrará a decisão da Comissão de Avaliação.

4.4.4. Roteiro de Execução e Critérios de Avaliação (Caráter Eliminatório): A avaliação será do tipo "Atende/Não Atende". O não atendimento de qualquer um dos critérios mínimos obrigatórios abaixo resultará na reprovação do licitante.

| Eixo Avaliado | Critérios Mínimos Obrigatórios (O que será verificado) |
|----------------|--|
| Equipe Técnica | Comprovação documental da qualificação do Coordenador Técnico (Formação em Enfermagem, COREN ativo e 5 anos de experiência). |



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

| Eixo Avaliado | Critérios Mínimos Obrigatórios (O que será verificado) |
|------------------------|---|
| Plataforma de Gestão | Execução, em tempo real, de um fluxo funcional completo: cadastro de aluno, alocação em campo, registro de frequência e geração de relatório. |
| Metodologia Pedagógica | Apresentação de um Plano de Estágio coerente com as DCNs e de um plano estruturado para a capacitação de preceptores. |

4.4.5. Condição Final para Aprovação: O licitante será considerado APROVADO na Prova de Conceito se, e somente se, obtiver o resultado "Atende" em TODOS os quatro eixos de avaliação. A falha em um único eixo é suficiente para a REPROVAÇÃO da proposta e a consequente desclassificação do licitante no certame.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6 No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do [Código Civil](#). Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.6.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.7. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

4.8. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Diretrizes Gerais da Execução

Trata-se da operacionalização e supervisão das 600 horas do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, no âmbito do Programa de Educação Profissional Paulista, a ser desenvolvido ao longo dos anos de 2026 e 2027, nas unidades escolares da rede estadual localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo. Estão previstas 19 turmas com início em 2026 e 47 turmas em 2027, sendo 492 estudantes a serem atendidos em 2026 e 1.507 estudantes em 2027, totalizando 1.999 alunos. O início do estágio supervisionado obrigatório obedecerá o calendário escolar vigente, a ser definido por Resolução da SEDUC-SP equivalente ao respectivo ano letivo de início das atividades, com o cumprimento integral das unidades curriculares.

| COMPONENTE | CARGA HORÁRIA | QTDE DIAS |
|--|----------------------|------------------|
| FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM | 150 HORAS | 25 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NOS SISTEMAS ORGÂNICOS | 150 HORAS | 25 |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO E CUIDADO INTEGRAL | 102 HORAS | 17 |
| SAÚDE COLETIVA | 66 HORAS | 11 |
| SAÚDE DO IDOSO E SAÚDE MENTAL | 66 HORAS | 11 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E AO PACIENTE CRÍTICO | 66 HORAS | 11 |

5.1.1. A solução adotada envolve a contratação de instituição especializada para garantir a execução multidimensional e integrada do estágio obrigatório, atendendo a todos os requisitos legais, técnicos, operacionais e pedagógicos.

5.1.2. A instituição deverá articular campos de estágio, preceptores, supervisores e escolas, assegurando o cumprimento das 600 horas obrigatórias de estágio e os critérios de habilitação profissional.

5.1.3. A execução observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança jurídica, transparência, equidade, inclusão e sustentabilidade, conforme o Decreto nº 68.189/2023 e demais normativos legais e educacionais.

5.1.4. A execução seguirá o cronograma proposto pela SEDUC-SP para os anos de 2026 e 2027, observando a organização das turmas conforme critério classificatório de maior idade do estudante, de modo a garantir prioridade na alocação e distribuição dos estagiários nos campos de prática.

5.1.5. O planejamento e a execução iniciar-se-ão imediatamente após a assinatura do contrato, com a apresentação do plano de trabalho, composição da equipe, validação da plataforma digital, e cronograma de atividades.

5.1.6. A execução será estruturada em três eixos: pedagógico (supervisão técnica, preceptoria, avaliação), operacional (carga horária, rotatividade) e gerencial (relatórios, plataformas, conformidade documental).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

5.2. Obrigações Fundamentais das Partes

A execução do contrato se dará em regime de colaboração, com as seguintes obrigações indelegáveis:

5.2.1. Obrigações da CONTRATADA

Compete à CONTRATADA, de modo intransferível e em caráter essencial e imprescindível para a validade e eficácia da execução contratual:

5.2.1.1. No Eixo de Execução e Qualidade Técnica (Dever de Performance):

a) Dever de Execução Superior e Adesão Metodológica: Prestar os serviços com o mais elevado padrão de excelência, empregando a máxima diligência e as melhores práticas de mercado. A execução deve ser perfeitamente aderente às especificações deste Termo de Referência (TR), à sua Proposta Comercial e, crucialmente, ao Plano de Trabalho aprovado, que passa a ser parte integrante e vinculante do contrato.

b) Dever de Gestão Pedagógica de Excelência: Garantir que 100% dos Planos de Atividades de Estágio sejam elaborados e submetidos à aprovação com antecedência, realizar a supervisão técnica de campo com a frequência mínima estabelecida e assegurar que todos os preceptores designados recebam a capacitação continuada.

c) Dever de Suporte Proativo à Rede Escolar: Atuar como um parceiro estratégico, antecipando as necessidades das unidades escolares, oferecendo suporte técnico-pedagógico contínuo e mantendo os canais de comunicação com as Diretorias de Ensino permanentemente ativos e responsivos.

5.2.1.2. No Eixo de Gestão de Pessoal, Recursos e Subcontratação:

a) Obrigação de dimensionar, alocar e custear integralmente equipe de preceptores em quantitativo compatível com o número de estudantes e turnos de estágio, assegurando substituição imediata em caso de ausência no dia e horário designados, no prazo máximo de 2 (duas) horas, bem como substituição definitiva em caso de vacância no prazo máximo de até 25 (vinte e cinco) dias, por profissional de qualificação igual ou superior, mediante prévia aprovação da CONTRATANTE.

b) Dever de Responsabilidade Trabalhista Absoluta: Assumir, de forma irrevogável e irretratável, a responsabilidade integral por todas as obrigações e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, respondendo diretamente por quaisquer ações judiciais ou administrativas movidas por seus empregados ou prepostos.

c) Vedação à Subcontratação do Núcleo do Objeto: É expressamente vedada a subcontratação do objeto principal do contrato, ou seja, as atividades de gestão pedagógica, supervisão e articulação estratégica.

5.2.1.3. No Eixo de Conformidade Legal, Regulatória e Ética:

a) Dever de Conformidade e Monitoramento Proativo: Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável e monitorar proativamente quaisquer alterações normativas, ajustando seus processos imediatamente para garantir conformidade contínua, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

b) Dever de Implementação de Política Antiassédio e Antidiscriminação: Implementar e dar ampla divulgação a uma política interna clara de prevenção e combate ao assédio moral, assédio sexual e todas as formas de discriminação, estabelecendo um canal de denúncias seguro e confidencial para estudantes e funcionários, e reportando à fiscalização as medidas tomadas em cada caso.

c) Dever de Manutenção da Habilitação e Idoneidade: Preservar, ao longo de toda a execução contratual, as condições de habilitação e idoneidade, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que possa comprometer sua regularidade.

5.2.1.4. No Eixo de Gestão da Informação, Tecnologia e Propriedade Intelectual:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- a) Dever de Segurança e Continuidade da Plataforma: Garantir a segurança da plataforma com criptografia de ponta a ponta, implementar um Plano de Recuperação de Desastres (DRP) e manter uma política de backup com retenção mínima de 5 anos após o fim do contrato.
- b) Dever Fiduciário de Proteção de Dados (LGPD): Atuar como "Operadora" dos dados com dever fiduciário, respondendo diretamente por quaisquer incidentes de segurança ou vazamentos de dados oriundos de sua infraestrutura ou falha de seus processos.
- c) Dever de Portabilidade e Propriedade dos Dados: Reconhecer que todos os dados e documentos inseridos ou gerados na plataforma durante a execução do contrato são de propriedade exclusiva e inalienável da CONTRATANTE. Ao término do contrato, a CONTRATADA tem a obrigação de exportar e entregar 100% da base de dados em formato aberto, estruturado e legível, conforme especificação da CONTRATANTE, em até 30 dias.

5.2.1.5. No Eixo de Governança, Transparência e Responsabilidade:

- a) Dever de Transparência e Prestação de Contas: Apresentar relatórios detalhados em até 10 dias úteis após a finalização de cada unidade curricular prevista no estágio obrigatório e permitir que a CONTRATANTE realize auditorias técnicas e de processo, com ou sem aviso prévio, em seus sistemas e documentação.
- b) Dever de Resposta a Reclamações: Manter um Sistema de Atendimento ao Usuário (estudantes, escolas) com prazo máximo de resposta de 48 horas úteis para todas as solicitações e reclamações registradas.

5.2.2. Obrigações da CONTRATANTE (SEDUC-SP)

Compete à CONTRATANTE, como gestora do contrato e da política pública:

- a) Governança e Fiscalização Ativa: Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato e exercer a fiscalização de forma diligente, assegurando o cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- b) Disponibilização de Insumos e Diretrizes: Fornecer à CONTRATADA os insumos estratégicos (dados de alunos, calendários) de forma tempestiva e precisa, e comunicar formalmente qualquer alteração nas diretrizes pedagógicas.
- c) Análise e Aprovação em Prazo Razoável: Analisar os documentos e planos submetidos pela CONTRATADA em um prazo máximo de 10 dias úteis, fornecendo feedback claro e fundamentado.
- d) Processamento de Pagamentos e Conformidade Fiscal: Efetuar os pagamentos em até 30 dias após o ateste da nota fiscal, condicionado à verificação do cumprimento das metas (KPIs) e da apresentação de todas as certidões de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.
- e) Garantia de Acesso: Prover à equipe designada da CONTRATADA os acessos necessários aos sistemas corporativos (como o SED) para o cumprimento de suas obrigações de registro.

5.3. Gestão Regionalizada por Lotes

5.3.1. A execução será descentralizada por meio de três lotes regionais, definidos conforme a divisão geográfica do Estado de São Paulo:

Região 1: Região Metropolitana de São Paulo (Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo André, São Paulo, Suzano, Guarulhos Sul, Mauá, São Bernardo do Campo);

Região 2: Interior (Itatiba, Piracicaba, São José do Rio Preto, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Limeira, Marília, Jundiaí, Bragança Paulista, Rio Claro);

Região 3: Litoral (Registro, Santos, Taubaté, Praia Grande).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

5.3.2. Cada grupo será adjudicado de forma independente, com execução integral e exclusiva por parte da instituição contratada correspondente, sem dependência técnica ou operacional entre eles.

5.3.3. As equipes técnicas regionais atuarão de forma autônoma, garantindo capilaridade, eficiência logística, gestão local e acompanhamento próximo das escolas e campos de estágio.

5.4. Etapas Operacionais e Pedagógicas

5.4.1. Designação e Formação de Preceptores: seleção de enfermeiros com registro ativo no COREN-SP; atribuição formal de responsabilidades; capacitação periódica com foco em ética, legislação e metodologias formativas; avaliação de desempenho.

5.4.2. Supervisão Técnica e Pedagógica: elaboração de plano de estágio por turma; cronograma detalhado; supervisões presenciais mensais; reuniões de mediação com escolas e campos; aplicação de instrumentos avaliativos.

5.4.3. Gestão Documental: elaboração e registro dos Termos de Compromisso de Estágio (TCEs); controle de frequência validado por preceptores; geração de relatórios técnicos e pedagógicos mensais e consolidados.

5.4.4. Registros Acadêmicos no SED: a contratada deverá realizar o input contínuo e atualizado de todos os registros acadêmicos e administrativos no Sistema de Gestão Escolar da SEDUC-SP (SED) durante toda a vigência contratual, inclusive na fase de encerramento, garantindo integridade, rastreabilidade e conformidade legal.

5.5. Plataforma Informatizada de Gestão

5.5.1. A contratada deverá disponibilizar plataforma digital segura, com interfaces específicas para estudantes, escolas, preceptores, instituições concedentes e a SEDUC-SP.

5.5.2. Funcionalidades obrigatórias: cadastro, cronogramas, upload de documentos, registro de frequência, dashboards de indicadores, geração de relatórios automatizados, canal de comunicação e notificações.

5.5.3. A plataforma deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e com as diretrizes de interoperabilidade e segurança da informação do setor público.

5.6. Apoio Técnico-Pedagógico às Escolas

5.6.1. Apoio direto às equipes escolares e Diretorias de Ensino no planejamento, execução e acompanhamento dos estágios.

5.6.2. Realização de formações, oficinas técnicas e webinários com gestores, coordenadores e docentes.

5.6.3. Disponibilização de materiais didáticos, guias operacionais, manuais de campo e orientações normativas.

5.7. Indicadores de Qualidade e Monitoramento

5.7.1. A execução será monitorada por indicadores como:

5.7.1.1. Taxa de conclusão dos estágios;

5.7.1.2. Percentual de evasão;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

5.7.1.3. Grau de satisfação dos estudantes, escolas e campos;

5.7.1.4. Conformidade documental e registros no SED.

5.7.2. A contratada deverá apresentar relatórios mensais analíticos e relatório final consolidado ao término da execução.

5.8. Requisitos Técnicos, Pedagógicos e Administrativos

5.8.1. Técnicos: experiência comprovada (mínimo 3 anos) em gestão de estágios na área da saúde; equipe multiprofissional; coordenador técnico com no mínimo 5 anos de experiência.

5.8.2. Pedagógicos: conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e CNCT; elaboração de plano de estágio por turma; supervisão técnica com vínculo formal de enfermeiro.

5.8.3. Administrativos: emissão e controle de TCEs; gestão documental compatível com LGPD; comunicação permanente com a SEDUC-SP; entrega de relatórios periódicos.

5.9. Inclusão e Acessibilidade

5.9.1. A contratada deverá adotar práticas de gestão sustentável, priorizando soluções digitais e economia de recursos.

5.9.2. Garantia de acessibilidade plena a estudantes com deficiência, com adaptação de práticas pedagógicas, supervisão e comunicação.

5.9.3. Atendimento especializado deverá estar disponível para demandas individuais e regionais.

5.10. Da Medição dos Serviços

5.10.1. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, observará os seguintes critérios:

5.10.1.1. Conformidade da execução dos serviços: verificação do cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma contratual, incluindo datas de início e término das atividades.

5.10.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, ao término de cada unidade curricular, o Relatório Técnico de Execução, composto pelos seguintes documentos:

a) Controle de Frequência Individual por Estagiário

- Registro diário das horas realizadas;
- Assinatura e carimbo da unidade concedente;
- Assinatura do supervisor enfermeiro;
- Indicação clara de reposições, faltas e afastamentos;
- Total mensal de horas cumpridas pelo estudante.

b) Planilha de Medição Consolidada – por Turma e por Campo de Estágio

- Diretoria de Ensino;
- Município e Escola Estadual;
- Unidade concedente de estágio;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Quantidade total de estagiários ativos no mês;
- Quantidade de horas previstas no componente curricular;
- Quantidade de horas efetivamente executadas por cada estagiário;
- Total geral de horas executadas pela turma;
- Identificação dos estudantes em reposição de carga horária;
- Relação estagiário x supervisor.

c) Relatório Técnico de Execução

- Atividades desenvolvidas;
- Competências trabalhadas;
- Evidências de supervisão técnica;
- Registro de intercorrências;
- Avaliação parcial dos estagiários (quando aplicável).

5.10.1.3. O pagamento será realizado com base na quantidade de horas/aula efetivamente cumpridas por estagiário, aferidas ao término da unidade curricular. Para fins de cálculo, o valor unitário por aluno deverá ser dividido por 600 horas, chegando-se ao valor da hora-aula. Em seguida, o valor da hora será multiplicado pelo total de horas executadas no componente curricular, multiplicado pela quantidade de estagiários.

Fórmula de cálculo:

Valor do Aluno ÷ 600 × Horas Executadas por Estagiário no Componente × Número de Estagiários

Para validação da medição, considerar:

- Serão contabilizadas apenas as horas efetivamente realizadas, assinadas e comprovadas no controle de frequência.
- Não serão computadas horas não validadas, registros incompletos ou atividades sem supervisão obrigatória.
- Em caso de reposição de carga horária, as horas repostas serão consideradas para fins de pagamento no mês de sua efetiva realização.
- Estudantes desligados ou desistentes terão as horas contabilizadas apenas até a data do último registro válido.

5.11. Procedimentos de Transição e Finalização do Contrato

5.11.1. A transição deverá garantir continuidade do serviço público, integridade dos registros acadêmicos e segurança jurídica para os estudantes.

5.11.2. Etapas obrigatórias:

- a) Entrega de documentação final à SEDUC-SP (relatórios, registros pedagógicos);
- b) Formalização da transição de estudantes para nova entidade (se aplicável);
- c) Validação documental pela SEDUC-SP, com correções se necessárias;
- d) Elaboração de relatório final consolidado, com avaliação crítica e recomendações futuras.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.1.1. Conformidade da execução dos serviços: verificação da conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma contratual, incluindo datas de início e conclusão das atividades.

7.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar à avaliação da CONTRATANTE, ao término de cada unidade curricular, Relatório Técnico de Execução, composto pelos seguintes documentos:

a) Controle de Frequência Individual por Estagiário

- Registro diário de horas realizadas;
- Assinatura e carimbo da unidade concedente;
- Assinatura do supervisor enfermeiro;
- Indicação clara de reposições, faltas e afastamentos;
- Total mensal de horas cumpridas pelo estudante.

b) Planilha de Medição Consolidada – por Turma e por Campo de Estágio

- Diretoria de Ensino;
- Município e Escola Estadual;
- Unidade concedente de estágio;
- Quantidade total de estagiários ativos no mês;
- Quantidade de horas previstas no componente curricular;
- Quantidade de horas efetivamente executadas por cada estagiário;
- Total geral de horas executadas pela turma;
- Identificação dos estudantes em reposição de carga horária;
- Relação estagiário x supervisor.

c) Relatório Técnico de Execução

- Atividades desenvolvidas;
- Competências trabalhadas;
- Evidências de supervisão técnica;
- Registro de intercorrências;
- Avaliação parcial dos estagiários (quando aplicável).

7.1.3. Forma de Medição e Cálculo para Pagamento

7.1.3.1. O pagamento será realizado com base na quantidade de horas/aula efetivamente cumpridas por estagiário, aferidas ao término do cumprimento da unidade curricular.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e arts. 17, X, e 18, VI, do [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a *periodicidade mensal* o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI);



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#);

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.21.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 65, § 1º).

8.21.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.21.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s) de 40% (quarenta por cento) da quantidade de alunos do(s) lote(s) pretendidos:

8.23.1.1. Execução de atividades relacionadas à operacionalização, gestão e/ou supervisão de estágio supervisionado obrigatório no eixo tecnológico de Ambiente e Saúde, com destaque para o Curso Técnico em Enfermagem, em conformidade com a legislação vigente;

8.23.1.2. Comprovação de que a instituição detém Autorização de Funcionamento válida, emitida por órgão competente, para ofertar o Curso Técnico em Enfermagem, com emissão anterior mínima de 3 (três) anos à data de publicação do edital, bem como Plano de Curso com parecer de instituição credenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE).

8.23.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.23.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.23.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.24. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da [Constituição Estadual](#);

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso;

8.25. Tratando-se de consórcio:

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.25.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.25.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.25.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.26. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#):

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da [Lei nº 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da [Lei nº 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

8.27. Declaração de que o licitante se compromete a apresentar, no momento da assinatura do contrato, Registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), em plena validade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 080356

II) Fonte de Recursos: A definir no momento da reserva de recurso

III) Programa de Trabalho: 12.368.0800.6343.0000

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Plano Interno:

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Com a reforma do ensino médio e profissional, à luz da Lei federal nº 13.415/2017 e da nova Lei federal nº 14.945/2024, que passa a valer em 2025, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEDUC-SP) ampliou consideravelmente a oferta de vagas no ensino médio e vem sendo estruturada para também oferecer acesso à educação voltada ao emprego e renda, com olhar para elevação da escolaridade e permanência na escola, a diminuição dos que estão fora do mercado e não estudam.

Educação Profissional é uma forma de garantir os direitos constitucionais à educação e à profissionalização, conforme o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Esses direitos devem ser assegurados pelo Estado, pelas famílias e pela sociedade como um todo. Com essa concepção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) versa sobre os direitos à formação para o trabalho e para o exercício da cidadania, como uma das responsabilidades da educação básica.

O plano estratégico da SEDUC-SP, prevê o aumento do acesso à Educação Profissional Técnica como alternativa contundente ao desenvolvimento econômico do estado, para tanto, vem adotando iniciativas que visam a ampliação das matrículas da educação profissional técnica integrada ao ensino médio nas escolas da rede estadual. Essa ampliação converge com Plano Nacional de Educação – PNE (2014 - 2024), em especial com a meta 11, que propôs triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, sendo essa uma das premissas do Programa Educação Profissional Paulista, estabelecido pelo Decreto 68.189, de 14 de dezembro de 2023.

A expansão do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EMEPT) é um pilar estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Este segmento educacional, particularmente os cursos técnicos, capacita a população para o mercado de trabalho, proporcionando habilidades práticas e conhecimento teórico especializado. Com a crescente demanda por profissionais envolvidos em setores como indústria, tecnologia e serviços, a formação técnica fortalece a empregabilidade e reduz a lacuna entre a oferta e a demanda por mão de obra desenvolvida.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que também tinha como um de seus objetivos a ampliação do acesso à EMEPT, a formação técnica também tem o potencial de reduzir desigualdades sociais, pois promove a inserção econômica de jovens e adultos, especialmente em áreas menos favorecidas. Embora o PNE tenha enfrentado desafios para alcançar plenamente suas metas, a ampliação de matrículas em cursos técnicos continua sendo fundamental para uma educação inclusiva, focada na equidade e na qualificação.

Em 2024, a Meta 11 do PNE (2014-2024) revelou uma realidade ainda aquém do objetivo inicial de triplicar as matrículas na educação profissional técnica de nível médio em instituições públicas. A baixa expansão na rede pública, somada à limitação de recursos financeiros e à insuficiência de infraestrutura adequada, representou uma entrada pouco significativa. Ao longo do período de vigência do PNE, ficou evidente a dificuldade de alinhamento entre as necessidades do mercado de trabalho e a capacidade do sistema educacional de oferecer cursos que atendessem a essas demandas.

A falta de programas robustos para formar professores especializados em áreas técnicas, assim como o desafio de adaptar a estrutura física das escolas para receber laboratórios e equipamentos específicos, também impactaram a meta. No fechamento de 2023, mesmo com avanços em algumas regiões, o alcance integral da Meta 11 ficou comprometido, reforçando a necessidade de medidas mais estruturadas para o novo PNE (2024-2034).

Nesse sentido, o novo Projeto de Lei PL 2614/2024 que versa sobre o PNE 2024-2034 que está tramitando na Câmara dos Deputados, reforça a importância do Ensino Médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica ao estabelecer objetivos e estratégias que alinham a educação ao desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

econômico e social. A visão intersetorial do plano destaca o EMEPT como chave para um Brasil mais competitivo e inovador no cenário.

Para o novo PNE (2024-2034), que está em tramitação, a meta 11 mantém um foco em expandir a educação profissional e técnica, mas agora com ênfase em reduzir desigualdades regionais e sociais. Esse novo plano busca fortalecer a educação técnica, promovendo um acesso equitativo e sustentado por investimentos que garantam infraestrutura adequada e qualidade de ensino.

Sendo que as metas previstas são ainda mais arrojadas quanto a expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Na meta 11 que versa sobre o “Acesso, permanência e conclusão na Educação Profissional e Tecnológica” que tem como objetivo “Ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica, com redução de desigualdades e inclusão” determina-se na meta 11 a expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio de modo a atingir 50% (cinquenta por cento) dos estudantes matriculados no ensino médio, visando assegurar a qualidade da oferta e a permanência do estudante, observados, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) da expansão no segmento público.

O alinhamento com o desenvolvimento social e econômico é um pilar do novo projeto, formando uma base sólida de profissionais preparados para as demandas do mercado e, ao mesmo tempo, atendendo às necessidades de inclusão e equidade educacional no Brasil.

Seguindo essa tendência de crescimento, é possível destacar que a Secretaria de Educação de São Paulo tem ampliado o acesso à educação técnica e profissional de maneira significativa, consolidando-se como uma das principais iniciativas para democratizar o ensino profissionalizante no estado. O compromisso com a formação técnica e profissional de qualidade está resultando em mais oportunidades para os jovens se qualificarem para o mercado de trabalho, ao proporcionar ao estudante complementação do ensino e da aprendizagem.

Vale destacar que a educação profissional se alinha diretamente aos objetivos do Mapa Estratégico da Secretaria de Educação (2023-2026). Este mapa estabelece, entre outras metas, a ampliação da oferta de educação profissional e itinerários alinhados às demandas do setor produtivo. Esse foco busca preparar jovens para carreiras que atendam às necessidades da economia paulista, ao mesmo tempo em que promova a inclusão social e a redução das desigualdades regionais.

Além de formar profissionais para setores-chave da economia, a educação profissional técnica é uma estratégia para aumentar a atratividade das aulas e a satisfação dos estudantes, conforme aponta o Mapa Estratégico. Essas ações são fundamentais para que a educação pública em São Paulo fomente a empregabilidade dos jovens e fortaleça o desenvolvimento regional.

| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|--------|--------|---------|---------|
| Total Seduc no técnico integrado no 2º ano | 19.764 | 61.084 | 93.336 | 141.776 |
| Total Seduc no técnico integrado no 3º ano | 15.342 | 14.035 | 45.557 | 78.833 |
| Total estado de Seduc no técnico integrado no 2º e 3º ano | 35.106 | 75.119 | 138.893 | 220.609 |

Esses números demonstram o sucesso da política de ampliação das matrículas no ensino técnico integrado, que tem sido uma das estratégias mais eficazes para garantir que os jovens recebam uma educação de qualidade e estejam preparados para as exigências do mercado de trabalho.

O ensino médio paulista, alinhado às diretrizes da Reforma, possui uma matriz curricular que é composta por componentes curriculares da Formação Geral Básica, Itinerário Formativo e Itinerário de Formação Técnica Profissional. A Formação Geral Básica inclui as disciplinas tradicionais do ensino médio, como Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Língua Estrangeira, com o objetivo de garantir uma formação acadêmica sólida e abrangente para todos os alunos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

O Itinerário Formativo oferece aos alunos a possibilidade de escolher um conjunto de disciplinas que atendam aos seus interesses e vocações, incluindo áreas como Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Matemática e Linguagens. Já o Itinerário de Formação Técnica Profissional, integrado ao currículo do ensino médio, oferece cursos técnicos nas mais diversas áreas, como Saúde, Tecnologia, Logística, Administração, Agronegócio e muitos outros. Esses cursos são estruturados para garantir que os alunos adquiram não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas que os tornem aptos a ingressar diretamente no mercado de trabalho.

Os itinerários formativos e técnicos são fundamentais para garantir que o ensino médio paulista prepare os jovens de maneira integral, oferecendo tanto o conhecimento acadêmico necessário para uma educação básica de qualidade quanto as habilidades práticas essenciais para a empregabilidade no mercado de trabalho.

Os cursos ofertados pelo Programa Educação Profissional Paulista são diversificados e atendem a diferentes áreas de conhecimento, garantindo uma formação alinhada às necessidades do mercado.

- Gestão e Negócios: Administração, Logística, Vendas;
- Informação e Comunicação: Ciência de Dados, Desenvolvimento de Sistemas;
- Turismo, Hospitalidade e Lazer: Hospedagem;
- Ambiente e Saúde: Enfermagem, Farmácia;
- Recursos Naturais: Agronegócio;

O mercado de trabalho exige profissionais bem-preparados, com múltiplas habilidades. Nesse contexto, a educação profissional, que proporciona uma aprendizagem vivencial e articulada com a realidade da profissão, é essencial. Os cursos técnicos oferecidos pela SEDUC-SP têm uma carga horária que varia de acordo com as especificidades de cada formação, distribuída ao longo de dois anos letivos. A seguir, a distribuição de carga horária por curso:

| Especificação do Curso | Carga Horária |
|-----------------------------|---------------|
| Administração | 1000 horas |
| Agronegócio | 1200 horas |
| Ciência de Dados | 1200 horas |
| Desenvolvimento de Sistemas | 1200 horas |
| Enfermagem | 1800 horas |
| Farmácia | 1200 horas |
| Logística | 1000 horas |
| Vendas | 1000 horas |
| Hospedagem | 1000 horas |

Cada curso é estruturado com base em uma matriz curricular que integra disciplinas teóricas e práticas, proporcionando a formação necessária para que os estudantes se destaquem no mercado de trabalho. Dentre as competências desenvolvidas nos cursos, destacam-se:

- Análise crítica e resolução de problemas;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Aplicação de conhecimentos técnicos em situações práticas reais;
- Desenvolvimento de habilidades interpessoais e de comunicação;
- Uso de tecnologias e ferramentas específicas de cada área;
- Noções de empreendedorismo e inovação.

A metodologia de ensino empregada inclui práticas laboratoriais, simulações, estudos de caso e projetos integradores, que proporcionam experiências reais do ambiente de trabalho. Essa abordagem visa garantir a efetividade do aprendizado e a preparação dos estudantes para os desafios do mercado.

Descrição dos Cursos:

- **Administração:** Capacita para atuar em diversas áreas organizacionais, como gestão financeira, recursos humanos e marketing. O profissional poderá trabalhar em empresas de diferentes segmentos ou desenvolver habilidades empreendedoras.
- **Agronegócio:** Forma profissionais para atuar na gestão e operação de empreendimentos rurais e agroindustriais, com foco em administração rural, marketing agropecuário e processos agroindustriais.
- **Ciência de Dados:** Prepara para a coleta, organização e interpretação de grandes volumes de dados, utilizando técnicas de análise estatística e aprendizado de máquina, com aplicação em diversos setores.
- **Desenvolvimento de Sistemas:** Capacita para criar e gerenciar softwares, aplicativos e plataformas digitais, com ênfase em programação, banco de dados e segurança da informação.
- **Enfermagem:** Prepara para atuar na promoção e recuperação da saúde, com práticas em administração de medicamentos, curativos e assistência a procedimentos médicos, exigindo estágio obrigatório supervisionado, de 600 horas.
- **Farmácia:** Forma profissionais para atuar em drogarias, farmácias hospitalares e indústrias farmacêuticas, com forte componente prático em manipulação de medicamentos e controle de qualidade.
- **Logística:** Capacita para gerenciar processos de transporte, armazenamento e distribuição de mercadorias, com foco em gestão de estoques e comércio exterior.
- **Vendas:** Prepara para atuar no setor comercial, com ênfase em prospecção de clientes, negociação e pós-venda, incluindo o uso de ferramentas tecnológicas.
- **Hospedagem:** Forma profissionais para atuar em recepção, reservas e eventos em hotéis, resorts e parques temáticos, com foco em atendimento ao cliente e gestão de operações hoteleiras.

Sabe-se que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente quanto à qualificação dos profissionais, buscando aqueles que possuem múltiplas habilidades. Nesse contexto, oferecer uma educação profissional que prepare o estudante para compreender seu papel no mundo, conectando-o à realidade e aos desafios da profissão de maneira vivencial e articulada à sua formação, é essencial.

Nesse contexto, é essencial buscar opções didáticas que ofereçam metodologias modernas e técnicas avançadas, especialmente nas áreas de gestão, saúde, análise de dados e logística, que estão em rápida evolução. Os recursos didáticos disponíveis precisam refletir as novas tecnologias, ferramentas de mercado e práticas atuais.

A educação profissional, científica e tecnológica é um direito social inalienável do cidadão, em termos de direito do trabalhador ao conhecimento. A Constituição Federal, em seu art. 6º, ao elencar os direitos sociais do cidadão brasileiro, relaciona-o à educação e ao trabalho. Dessa forma, a oferta do Curso Técnico em Enfermagem cumprirá com objetivos sociais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que consistem em ofertar ensino público gratuito e de qualidade para os estudantes do estado, contribuindo para formar sujeitos críticos e reflexivos, protagonistas de transformação no seu campo de atuação.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

A área de Saúde constitui campo intersetorial de estudos, com a demanda crescente por profissionais, inclusive os formados em Nível Médio, cada vez mais integrados às necessidades do mercado e aptos a utilizar recursos de novas tecnologias. O curso aqui apresentado vem preencher essa lacuna.

A formação do profissional de enfermagem em Nível Médio prepara trabalhadores que, individualmente e no seu conjunto, acompanham e incorporam as mudanças exigidas a partir do desenvolvimento técnico-científico da área, para intervir positivamente e como agentes de mudanças nas instituições de saúde, zelando pela saúde das pessoas, dos grupos e das comunidades.

Os profissionais de enfermagem representam um grande contingente de força de trabalho em Saúde. No Brasil, temos aproximadamente 2 milhões de profissionais, sendo 1,5 milhão técnicos e auxiliares em enfermagem. No estado de São Paulo, de acordo com os dados de agosto de 2022, do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), estão cadastrados 696.821 profissionais da enfermagem, dentre os quais 292.560 (42%) técnicos em enfermagem e 239.683 (34%) auxiliares em enfermagem. Apesar dos números apresentados, há escassez de profissionais para o mercado, o que reforça a necessidade dessa oferta de habilitação profissional. Além disso, a formação técnica de Nível Médio é uma das mais promissoras para o ingresso de jovens nesse mercado de trabalho.

O curso é apresentado na perspectiva de focar a formação profissional na integralidade do processo educativo. Pretende valorizar a cultura da comunidade, trabalhando com conhecimentos contextualizados, de modo a torná-los significativos para o estudante a ponto de ajudá-lo a transformar a realidade onde quer que ele atue como profissional. Os componentes curriculares se integram e se articulam, garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam a base da formação técnica. Busca-se, também, introduzir componentes curriculares que ampliem as perspectivas relacionais e humanizadas para que o estudante se compreenda como sujeito histórico produtor de sua existência pela interação consciente com a realidade, construindo valores permanentes a serem aplicados para além da vida profissional.

Sabe-se que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente quanto a profissionais mais bem preparados e de múltiplas habilidades, e oferecer uma educação profissional que prepara o estudante para compreender seu papel no mundo, o levando a conhecer a realidade e os desafios da profissão de maneira vivencial e articulada à sua formação, é essencial.

De acordo com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, o estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam matriculados e frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional de nível técnico, de ensino médio, o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular e objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Assim, tem-se que o estágio é uma das formas de aproximar o estudante do contexto prático das atividades que irá desenvolver depois da sua formação, sendo também um meio de incentivar e estimular o estudante permanecer na escola e no Itinerário de Formação Técnica e Profissional, ao conhecer mais detalhadamente as atividades desenvolvidas na área de formação, facilitando sua inserção nesse mercado.

Os estágios oferecem aos estudantes uma oportunidade de aplicarem os conhecimentos teóricos adquiridos na escola em situações reais. Essa aplicação prática ajuda a consolidar o aprendizado, tornando-o mais significativo e relevante. Ao vivenciar experiências práticas em um ambiente profissional, os estudantes desenvolvem habilidades técnicas complementares à sala de aula.

Além disso, iniciar um estágio ainda no Ensino Médio, permite que os estudantes desenvolvam competências comportamentais essenciais, como responsabilidade, ética, trabalho em equipe e comunicação. Essas habilidades são altamente valorizadas no mercado de trabalho e são essenciais para o sucesso em qualquer carreira. O contato com o ambiente de trabalho também ajuda os jovens a entender melhor as expectativas e exigências do mundo profissional.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

Durante as atividades em ambiente profissional, os estudantes podem experimentar várias funções e setores, o que os ajuda a identificar suas paixões e interesses profissionais. Isso é especialmente útil para jovens que ainda estão indecisos sobre qual caminho seguir. Ao obter uma visão mais clara dos diferentes caminhos de carreira, eles podem tomar decisões conscientes e fundamentadas.

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso, em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei nº 6.494/1977 e, atualmente, é regulamentado pela Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso. No Estado de São Paulo, a Lei de Estágio é complementada pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 87, de 15 de maio de 2009.

Conforme legislação supracitada, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades, obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

i. Estágio supervisionado obrigatório subsequente é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do certificado de conclusão de curso.

ii. Estágio supervisionado não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do certificado de conclusão de curso. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante, conforme determina a Lei de Estágio. O estágio é o ato educativo escolar supervisionado e orientado, devendo ser realizado nas áreas de formação do estudante, em consonância com o perfil profissional descrito no plano de curso.

Os estágios, tanto obrigatórios quanto não obrigatórios, somente poderão ser iniciados após a celebração do Termo de Compromisso de Estágio. A unidade escolar deve supervisionar o estagiário de acordo com as disposições estabelecidas na Lei do Estágio.

A realização do estágio não resulta vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ocorrer após o cumprimento dos critérios especificados nas estruturas curriculares dos cursos, nos regulamentos internos, na Lei Federal nº 11.788/2008 e nas diretrizes curriculares estabelecidas pelos órgãos oficiais de educação.

Estágio obrigatório supervisionado subsequente no Curso Técnico em Enfermagem

O estágio é um componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado, permitindo a integração das unidades curriculares que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e prepara os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

A matriz curricular do curso de Enfermagem contempla o estágio obrigatório supervisionado subsequente como atividade obrigatória a ser cumprida, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional.

O curso contempla momentos alternados de aulas teóricas e atividades práticas, tendo em vista que, para a formação do técnico, é indissociável a relação teoria e prática.

Há necessidade de garantir a efetiva implementação do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, componente essencial do itinerário de formação técnica e profissional previsto no



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

novo Ensino Médio, ofertado no âmbito do Programa de Educação Profissional Paulista, promovido pela SEDUC-SP.

A execução qualificada dessa etapa formativa demanda estrutura técnica e operacional capaz de articular, de forma especializada, uma ampla rede de serviços de saúde — incluindo hospitais, unidades básicas, clínicas e instituições de longa permanência —, assegurando que os estudantes tenham acesso a campos de estágio adequados. Exige-se, ainda, a designação de preceptores devidamente habilitados, com registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), bem como o acompanhamento pedagógico e técnico das atividades práticas realizadas pelos alunos.

Considerando a complexidade envolvida e os desafios logísticos e regulatórios da atuação em campo, observa-se a necessidade de um arranjo institucional que viabilize a interlocução eficiente com os campos de prática e o suporte contínuo às unidades escolares. Esse suporte deve garantir o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis, além de assegurar a qualidade técnica, ética e pedagógica da formação dos futuros profissionais.

Essa estrutura é fundamental para proporcionar aos estudantes uma experiência prática formativa segura, ética e alinhada aos princípios da integralidade, humanização e responsabilidade social no cuidado em saúde, contribuindo tanto para sua inserção qualificada no mundo do trabalho quanto para o fortalecimento do SUS e das demais redes de atenção à saúde.

2. ÁREA REQUISITANTE

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-----------------------------------|
| Diretoria de Educação Profissional Subsecretaria Pedagógica | Ludmila Vitor Lemos Daniel Barros |

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução da parceria deve respeitar os preceitos legais vigentes, as diretrizes curriculares e pedagógicas aplicáveis, bem como os princípios da economicidade, eficiência, segurança jurídica, transparência e sustentabilidade.

A contratação não possui natureza continuada com prorrogação automática, mas pode ter vigência plurianual condicionada à execução orçamentária.

São requisitos mínimos obrigatórios para execução do objeto:

I. Requisitos Técnicos e Operacionais Capacidade Técnica Comprovada:

- Experiência prévia comprovada (mínimo de 3 anos) na operacionalização de estágios supervisionados em cursos da área da saúde, preferencialmente em Enfermagem.
- Registro de histórico de execução de projetos semelhantes junto a instituições públicas ou privadas de ensino.

Equipe Técnica:

- Disponibilização de equipe multiprofissional qualificada, com formação compatível e experiência em gestão de estágios e supervisão acadêmica.
- Presença de um coordenador técnico com formação em Enfermagem e registro ativo no COREN-SP, com experiência mínima de 5 anos em supervisão de estágio.

Plataforma de Gestão:

- Sistema informatizado próprio ou contratado, com acesso pela SEDUC-SP, para acompanhamento da jornada do estudante no estágio (início, frequência, avaliação, pendências, relatório final etc.).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Funcionalidades obrigatórias: controle de carga horária, registro de campo de estágio, geração de relatórios e interface de comunicação com supervisores, preceptores e estudantes.

II. Requisitos Pedagógicos Conformidade Curricular:

- Adequação dos planos de estágio às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Técnico em Enfermagem, conforme estabelecido pelo CNE e Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT/MEC).
- Integração entre as unidades curriculares do curso e as atividades práticas previstas nos estágios supervisionados.

Plano de Atividades:

- Elaboração de Plano de Estágio por turma, com definição de competências a serem desenvolvidas, atividades práticas, cronograma e formas de avaliação de cada uma das unidades curriculares do curso.
- Observância das especificidades do itinerário de formação técnica profissional e da BNCC.

Supervisão e Preceptoria:

- Preceptoria por Grupo

Acompanhamento de cada grupo de estagiários por enfermeiro(a) preceptor(a) com COREN ativo e vínculo formal junto ao campo de estágio, responsável pela orientação clínica e supervisão direta das atividades práticas.

- **Supervisão Pedagógica**

Atuação de supervisores pedagógicos/enfermeiros, vinculados à CONTRATADA e com COREN ativo, encarregados da orientação metodológica, articulação com os campos de estágio e avaliação formativa dos estudantes.

- **Visitas Técnicas**

Realização de visitas pedagógicas periódicas aos campos de estágio, conforme cronograma aprovado, com registro formal das condições de execução, acompanhamento dos grupos e atendimento às demandas pedagógicas.

- **Integração Supervisão–Preceptoria**

Comunicação contínua entre supervisores pedagógicos e preceptores dos grupos, para alinhamento técnico, resolução de intercorrências e garantia da qualidade da formação.

- **Registros Obrigatórios**

Elaboração e entrega de relatórios de supervisão e preceptoria, conforme modelos definidos pela SEDUC-SP, para fins de monitoramento e comprovação da execução.

- **Instrumentos de Avaliação:**

Aplicação de instrumentos avaliativos qualitativos e quantitativos, alinhados ao perfil profissional de conclusão.

Registro do desempenho do estudante durante todo o percurso do estágio.

III. Requisitos Administrativos Gestão Documental:

- Responsabilidade pela formalização de termos de compromisso de estágio entre as partes (estudante, concedente, unidade de ensino e instituição parceira).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Organização e guarda digital de todos os documentos obrigatórios, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008.
- **Comunicação Institucional:**
 - Canal oficial de comunicação com as Diretorias Regionais de Ensino, escolas técnicas e SEDUC-SP.
 - Atendimento a prazos e protocolos institucionais com envio de relatórios periódicos.
- **Monitoramento:**
 - Elaboração de relatório consolidado ao término de cada unidade curricular, contendo informações sobre a execução das atividades de estágio, frequência dos estudantes, avaliações registradas e eventuais pendências identificadas para acompanhamento e providências.
 - Acesso dos dados à SEDUC-SP em tempo real.
- **Capacitação Contínua:**
 - Programa permanente de capacitação dos preceptores e supervisores, com foco em metodologia do ensino na prática, ética, legislação e acolhimento ao estudante.

IV. Requisitos Jurídicos e Regulatórios Conformidade Legal:

- Atendimento integral à Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) e à legislação profissional do exercício da Enfermagem (Lei nº 7.498/1986).
- Observância às Resoluções do COFEN e COREN sobre supervisão de estágio e práticas do estudante técnico em Enfermagem.

Regularidade Jurídica:

- Apresentação de todos os documentos comprobatórios de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária.

Responsabilidade Civil e Seguros:

- Contratação de seguro contra acidentes pessoais para todos os estagiários, conforme exigência legal.
- Responsabilidade solidária no caso de danos decorrentes da atuação da contratada.

V. Requisitos de Qualidade e Conformidade Padrões de Qualidade:

- Adoção de indicadores de qualidade (efetividade, frequência, evasão, satisfação dos estudantes, avaliações dos campos de estágio).
- Procedimentos internos de monitoramento e melhoria contínua.

Ouvidoria e Gestão de Conflitos:

- Disponibilização de canal de ouvidoria exclusivo para estudantes e instituições envolvidas.
- Procedimento formal de mediação e resolução de conflitos.

Acessibilidade e Inclusão:

- Garantia de acesso equitativo ao estágio para estudantes com deficiência, com adaptações razoáveis e atendimento especializado conforme o caso.

VI. Requisitos Estruturais e de Sustentabilidade Infraestrutura Administrativa:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Sede administrativa com estrutura física ou digital suficiente para atender às demandas do contrato.
- Atendimento remoto ou presencial à comunidade escolar.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social:

- Adoção de práticas sustentáveis nos processos administrativos e operacionais.
- Compromisso com os princípios da equidade, diversidade e ética nas relações institucionais.

Responsabilidade Social e Territorialidade:

- Integração com políticas públicas locais de saúde e educação.
- Valorização de campos de estágio em regiões de vulnerabilidade social, contribuindo para a formação crítica e cidadã do estudante.

PROVA DE CONCEITO

A modalidade Pregão, regida pelo critério de julgamento de menor preço, prioriza a economicidade e a celeridade processual. Contudo, em contratações de serviços de natureza complexa e de alto impacto social, como a gestão do estágio obrigatório em Enfermagem, o critério de preço, isoladamente, é insuficiente para garantir a seleção da proposta verdadeiramente mais vantajosa para a Administração, que é aquela que equilibra custo e qualidade (art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021).

Surge, então, um risco intrínseco: contratar uma empresa que, embora ofereça o menor preço, não possua a capacidade técnica, a estrutura tecnológica e a maturidade pedagógica para executar o serviço com a excelência exigida. Tal falha resultaria em prejuízos graves, como a precarização da formação dos estudantes, a insegurança jurídica para a SEDUC-SP e o potencial colapso do programa de estágio.

Para mitigar esse risco de forma eficaz, a Administração lança mão da Prova de Conceito (PoC), no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após finalização de fase de lances. Com fundamento expresso no art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a PoC é o instrumento que permite que, após a fase competitiva de lances do Pregão, a Administração submeta o licitante provisoriamente vencedor a um teste prático, validando se sua solução atende, de fato, a todos os requisitos essenciais do Termo de Referência.

Conforme leciona a doutrina majoritária, a verificação da conformidade da proposta não se esgota na análise documental. A Administração tem o poder-dever de realizar diligências para se certificar de que o licitante dispõe das condições reais para cumprir o contrato. A PoC é, portanto, a materialização dessa diligência, uma etapa de "estresse técnico" da proposta que confere segurança e legitimidade à escolha final.

Ela não se confunde com a fase de habilitação (análise de documentos) nem com a fase de julgamento por técnica (atribuição de notas). Trata-se de uma condição de aceitabilidade da proposta de menor preço, um filtro de qualidade que assegura que o princípio da economicidade não sobrepuje o da eficiência.

Objetivos da Prova de Conceito

A PoC visa, de forma concreta e inequívoca:

- Verificar a capacidade prática e técnica da instituição proponente em executar os serviços.
- Avaliar a aderência funcional da solução proposta (especialmente da plataforma de gestão) aos requisitos do Termo de Referência.
- Confirmar que a instituição possui a metodologia e a equipe necessárias para a gestão do estágio com conformidade legal, ética e pedagógica.

Estrutura, Formato e Procedimentos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- **Formato:** A PoC consistirá em uma Sessão de Demonstração Técnico-Funcional, realizada de forma remota, síncrona e obrigatória, com duração máxima de 2 horas. Será conduzida por uma Comissão Técnica de Avaliação formalmente designada.
- **Convocação e Rito:** Encerrada a fase de lances, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para a PoC. Em caso de reprovação, sua proposta será desclassificada, e o próximo licitante na ordem de classificação será convocado, e assim sucessivamente.
- **Registro e Transparência:** A sessão será gravada e anexada aos autos. A Comissão elaborará um parecer técnico fundamentado com o resultado final (APROVADO ou REPROVADO), que também será juntado ao processo.

Eixos de Demonstração e Roteiro de Execução

A PoC será estruturada em eixos que correspondem aos requisitos críticos da contratação. O licitante deverá seguir o roteiro abaixo, demonstrando sua capacidade em cada um deles.

| Etapas | Eixo Avaliado | Descrição da Atividade (O que deve ser demonstrado) | Tempo Estimado |
|---------------|--|--|-----------------------|
| 1 | Abertura e Validação da Equipe Técnica | O Coordenador Técnico indicado se apresenta e comprova, via compartilhamento de tela, sua formação em Enfermagem, registro ativo no COREN e experiência mínima de 5 anos em supervisão de estágio (requisito 4.I). | 15 min |
| 2 | Plataforma Informatizada de Gestão | Navegação ao vivo na plataforma para executar um fluxo completo: cadastrar um aluno, aloca-lo em um campo, registrar frequência, fazer upload de um TCE e gerar um relatório de acompanhamento (requisitos 4.I, 6.d, 6.f). | 45 min |
| 3 | Metodologia Pedagógica | Apresentação de um Plano de Estágio modelo, demonstrando seu alinhamento com as DCNs. Exibição dos instrumentos de avaliação do estudante e do plano de capacitação de preceptores (requisitos 4.II, 4.III). | 30 min |
| 4 | Perguntas e Respostas | A Comissão Técnica realiza perguntas para esclarecimentos pontuais sobre os itens demonstrados. | 30 min |

Critérios de Avaliação (Caráter Eliminatório - Atende/Não Atende)

A avaliação da PoC não atribuirá notas ou pontos. O resultado será exclusivamente APROVADO ou REPROVADO, com base no atendimento aos critérios essenciais de desempenho. A falha em atender a qualquer um dos critérios mínimos obrigatórios listados abaixo implicará na imediata reprovação do licitante.

| Eixo Avaliado | Critérios Mínimos Obrigatórios de Desempenho (Não Atendimento Implica Reprovação) |
|----------------------|--|
| Equipe Técnica | Atende: Apresentou a documentação comprobatória completa (formação, COREN ativo, 5 anos de experiência) do Coordenador Técnico. Não Atende: Deixou de apresentar qualquer um dos documentos ou os documentos não comprovam os requisitos. |



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

| | |
|------------------------|---|
| Plataforma de Gestão | <p>Atende: Executou com sucesso e em tempo real todos os fluxos solicitados (cadastro, frequência, upload de documento e geração de relatório), demonstrando que a plataforma é funcional.</p> <p>Não Atende: A plataforma travou, não executou alguma das funcionalidades essenciais ou a apresentação foi feita em ambiente não funcional (ex: PowerPoint).</p> |
| Metodologia Pedagógica | <p>Atende: Apresentou um Plano de Estágio coerente com as DCNs, instrumentos de avaliação claros e um plano estruturado (com cronograma e conteúdo) para capacitação de preceptores.</p> <p>Não Atende: O plano de estágio era genérico, os instrumentos de avaliação inexistentes/incompletos ou o plano de capacitação era apenas uma intenção sem estrutura.</p> |

O licitante será considerado APROVADO na Prova de Conceito e terá sua proposta de preço aceita se, e somente se, obtiver o resultado "Atende" em TODOS os quatro eixos de avaliação descritos na tabela acima. O resultado "Não Atende" em um único eixo é suficiente para a REPROVAÇÃO da proposta e a consequente desclassificação do licitante no certame.

Portanto, a PoC, neste formato, é o instrumento imprescindível para garantir que a instituição contratada tenha as condições reais e necessárias para proporcionar uma experiência formativa de qualidade, com plena transparência e segurança jurídica para a Administração.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para atender à demanda de gestão e supervisão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, foram identificadas diversas soluções potenciais que visam garantir a execução eficiente, legal e pedagógica do programa. Essas alternativas consideram tanto a contratação de instituições externas especializadas quanto a possibilidade de operacionalização direta pela própria SEDUC-SP. A escolha da solução mais adequada deverá contemplar aspectos técnicos, pedagógicos, legais e administrativos, assegurando a qualidade formativa dos estagiários, o alinhamento com as diretrizes curriculares e normativas específicas do setor de saúde, bem como a sustentabilidade operacional e financeira do programa.

Operacionalização direta pela SEDUC-SP

Nesta alternativa, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo assumiria internamente a responsabilidade integral pela gestão do programa de estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, contemplando todas as etapas desde a articulação com os campos de prática até a supervisão pedagógica e avaliação dos estagiários.

Para fins de levantamento de mercado e definição da modelagem mais eficiente para a Administração, a equipe técnica procedeu a uma avaliação exaustiva da viabilidade da Execução Direta (Internalização). O objetivo central foi verificar se a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) teria capacidade legal, operacional e técnica de assumir integralmente a gestão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, dispensando a contratação de uma instituição especializada. Para conferir profundidade à análise, a hipótese de internalização foi subdividida em dois cenários distintos de provimento de recursos humanos: a Execução Direta via Concurso Público (Cenário A.1) e a Execução Direta via Contratação Temporária (Cenário A.2).

No Cenário A.1 (Execução Direta via Concurso Público), a Administração optaria pela criação de uma carreira própria de profissionais de saúde para compor o quadro efetivo da Pasta, assumindo a preceptor e supervisão dos estágios com servidores estatutários. Esta modelagem exigiria, mandatoriamente, a deflagração de um processo legislativo para a criação, por meio de Lei Complementar, de cargos específicos como "Enfermeiro Preceptor" e "Enfermeiro Supervisor de Estágio", visto que o atual arcabouço legal (LC nº



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

444/85, LC nº 836/97 e LC nº 1.374/22) restringe o Quadro do Magistério exclusivamente à docência e gestão escolar. Além da morosidade inerente ao trâmite legislativo e às etapas de um concurso público (autorização, edital, provas, homologação e nomeação) incompatíveis com a urgência do calendário escolar, este cenário enfrenta um óbice regulatório crítico: a incompatibilidade da Responsabilidade Técnica (RT). Mesmo com servidores concursados, a SEDUC-SP, por não possuir personalidade jurídica de estabelecimento de saúde nem Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), não conseguiria emitir a Certidão de Responsabilidade Técnica (CRT) junto ao COREN-SP. Consequentemente, a atuação desses servidores dentro de hospitais seria passível de interdição ética, pois careceria de respaldo legal sanitário. Ademais, tal medida feriria o Princípio da Especialidade, transformando indevidamente a Secretaria de Educação em uma prestadora de serviços de saúde.

Simultaneamente, avaliou-se o Cenário A.2 (Execução Direta via Contratação Temporária), no qual a Administração buscaria suprir a demanda por meio da Lei Complementar nº 1.093/2009, realizando Processos Seletivos Simplificados para contratar enfermeiros sob o regime de tempo determinado. Esta alternativa, contudo, revelou-se juridicamente inviável devido à impossibilidade de enquadramento legal. A referida Lei possui um rol taxativo de funções, limitando-se à docência (regência de classe) e ao apoio escolar. Tentar enquadrar enfermeiros preceptores, cuja função é de assistência e supervisão clínica, como "professores temporários" configuraria flagrante desvio de função e burla ao concurso público, expondo a gestão a apontamentos severos pelos órgãos de controle e riscos trabalhistas. Além disso, a precarização do vínculo inerente aos contratos temporários geraria alta rotatividade, o que é deletério na área da saúde, onde a continuidade do preceptor é vital para a segurança do paciente e a qualidade pedagógica. Assim como no primeiro cenário, o contratado temporário também não poderia assumir a Responsabilidade Técnica do estágio em nome da SEDUC, mantendo-se o vácuo de legalidade perante o Conselho de Classe.

A síntese da análise comparativa demonstra que a Operacionalização Direta, seja pela via do concurso público ou da contratação temporária, apresenta barreiras intransponíveis para a execução imediata do programa. A SEDUC-SP não detém a estrutura jurídica, regulatória ou operacional necessária para a gestão clínica de estágios. A tentativa de internalização exigiria uma reforma administrativa de longo prazo e investimentos massivos em uma estrutura de "quase-saúde" (SaaS, EPIs, Seguros, Gestão de Risco) que foge à competência institucional da Pasta. Diante disso, conclui-se que a Contratação de Instituição Especializada (Execução Indireta) consolida-se não apenas como a opção mais eficiente sob a ótica da economicidade e gestão, mas como a única alternativa legalmente sustentável para garantir a oferta do estágio obrigatório com a segurança jurídica e a conformidade sanitária exigidas.

Operacionalização por instituições

A análise de mercado realizada para atender à necessidade da contratação de gestão e supervisão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem identificou a existência de diversas entidades públicas e privadas com ampla experiência e atuação consolidada na área da saúde. Dentre essas organizações, instituições especializadas operam em âmbito regional e nacional, apresentando comprovada capacidade técnica, pedagógica e operacional para a gestão integrada dos programas de estágio.

Essas entidades demonstram elevado nível de expertise na conformidade com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), que regulamenta os direitos e deveres dos estagiários e das instituições concedentes, bem como nas normativas específicas dos conselhos de classe competentes, como o Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), que estabelecem diretrizes para a supervisão, preceptoria e avaliação das atividades práticas na área da saúde.

Além do conhecimento técnico e normativo, essas organizações contam com estruturas organizacionais robustas e multidisciplinares, compostas por profissionais habilitados em áreas pedagógicas, administrativas, jurídicas e técnicas, que asseguram a supervisão pedagógica qualificada, a gestão documental rigorosa e o acompanhamento contínuo dos estagiários em seus campos de prática. Entre os profissionais que integram essas equipes estão coordenadores de estágio, supervisores pedagógicos, preceptores especializados e gestores administrativos, capacitados para garantir o alinhamento do estágio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

com os objetivos formativos do curso, a articulação eficiente com as instituições de saúde parceiras e a observância dos protocolos de segurança e ética no atendimento aos usuários.

A operação dessas instituições é apoiada por sistemas tecnológicos avançados para o monitoramento, controle e gestão dos estágios, incluindo plataformas para registro e validação de atividades, controle de frequência, avaliação de desempenho e comunicação entre todos os envolvidos. Esses sistemas garantem maior transparência, segurança e agilidade no gerenciamento dos processos, contribuindo para a mitigação de riscos jurídicos e operacionais.

A capacidade dessas entidades de atuar em larga escala permite a cobertura abrangente da rede estadual de ensino, atendendo de maneira uniforme e eficaz às demandas dos diferentes polos de estágio, respeitando as especificidades locais e garantindo a qualidade formativa dos estudantes em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e as necessidades do mercado de trabalho. Essa atuação em escala é fundamental para assegurar que a operacionalização dos estágios seja realizada com eficiência, integridade e sustentabilidade.

A gestão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem configura-se como atividade essencial para assegurar a formação técnica e ética dos futuros profissionais da saúde, além de representar uma etapa curricular obrigatória, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008. Sua execução demanda elevada complexidade operacional, articulação interinstitucional e rigor pedagógico, sendo necessária a observância estrita das normativas dos conselhos profissionais (COREN/COFEN) e das diretrizes curriculares nacionais, bem como o cumprimento de requisitos legais e regulatórios relacionados à segurança dos estudantes e à qualidade dos serviços prestados nos campos de estágio.

Nesse contexto, a Administração Pública, ao deliberar sobre o modelo de gestão mais adequado para esse tipo de política pública, deve se orientar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37 da Constituição Federal), bem como pelo princípio fundamental da primazia do interesse público sobre o privado, que deve nortear todas as decisões administrativas, sobretudo em contratações que envolvam impacto direto na formação de milhares de estudantes e no funcionamento articulado com serviços de saúde pública.

Escolha da solução

A análise das alternativas disponíveis revelou duas soluções principais: (i) a contratação de entidades especializadas externas, como fundações, organizações sociais e entidades sem fins lucrativos com expertise comprovada na gestão de programas de estágio em saúde; e (ii) a internalização da gestão do programa pela própria SEDUC-SP, mediante estruturação de equipe técnica própria e desenvolvimento de processos internos. Ambas as alternativas são juridicamente viáveis, porém apresentam diferenças significativas do ponto de vista da vantagem, economicidade, eficiência e conformidade com o interesse público primário.

A contratação de entidades especializadas configura-se como a solução mais alinhada aos princípios da administração pública e ao interesse público, por apresentar maior capacidade de resposta em curto prazo, maior eficiência técnica e melhor relação custo-benefício. Tais instituições possuem atuação consolidada em âmbito regional e nacional, com estrutura organizacional e operativa já estabelecida, equipes técnicas compostas por profissionais habilitados, sistemas informatizados para monitoramento de estágios, e protocolos internos de controle e compliance. Essa maturidade institucional permite a gestão segura e qualificada de um programa de grande escala, com capacidade para articulação com centenas de unidades de saúde e acompanhamento simultâneo de milhares de estudantes.

Além disso, a contratação permite à Administração exigir, como condição de habilitação e execução contratual, provas de conceito, amostras técnicas e demonstrações operacionais, nos termos do art. 17, §3º da Lei nº 14.133/2021, garantindo que somente instituições com aderência técnica real e capacidade demonstrada assumam a responsabilidade pelo programa. Essa medida promove segurança jurídica e técnica, resguardando o interesse público e evitando contratações que não atendam, na prática, aos requisitos legais e pedagógicos necessários.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Por outro lado, a internalização da gestão pela SEDUC-SP, embora ofereça maior controle institucional direto, enfrenta limitações substanciais quanto à sua viabilidade imediata. Seria necessário constituir ou fortalecer uma estrutura técnico-administrativa própria, envolvendo a contratação de profissionais especializados (enfermeiros, pedagogos, gestores públicos, advogados, analistas de sistemas, entre outros), a aquisição ou desenvolvimento de plataformas de gestão, a criação de novos fluxos operacionais. Isso exigiria investimentos elevados, não apenas financeiros, mas também em tempo, estrutura, capacitação e adaptação institucional. Ademais, a complexidade normativa da área da saúde, aliada ao volume expressivo de estudantes a serem atendidos, tornaria a implantação imediata do modelo interno arriscada e ineficiente, podendo comprometer o cronograma pedagógico, gerar insegurança jurídica e, sobretudo, colocar em risco a qualidade da formação técnica dos alunos — interesse público primário a ser preservado.

É importante destacar que a primazia do interesse público impõe à Administração o dever de buscar a solução que melhor assegure a realização do direito à educação de qualidade, o cumprimento dos currículos dos cursos técnicos e a inserção ética e segura dos estudantes no ambiente de prática profissional. A escolha pela contratação de entidades especializadas, nesse cenário, não representa simples conveniência administrativa, mas sim uma medida fundamentada na racionalidade técnica, na observância do dever de eficiência e na proteção ao interesse coletivo dos alunos, dos serviços de saúde e da sociedade.

Ao tratar dos princípios das contratações públicas, Di Pietro assinala que a economicidade é uma das facetas da eficiência e que a construção e manutenção do Estado dependem principalmente dos esforços contínuos e intensos dos contribuintes. Acrescenta que as políticas públicas devem promover com a máxima intensidade o amplo rol de direitos fundamentais e, para tanto, “os recursos financeiros e humanos necessitam ser empregados com sabedoria, mediante técnicas de planejamento e buscando-se a melhor relação custo-benefício”.

Do ponto de vista da economicidade, a contratação externa também se mostra mais vantajosa. Ao evitar os custos fixos com pessoal permanente, encargos trabalhistas, desenvolvimento de sistemas, infraestrutura física e tecnológica, a Administração transfere essas responsabilidades para a contratada, pagando apenas pelos serviços efetivamente prestados e podendo, inclusive, estabelecer indicadores de desempenho e metas de qualidade. Isso confere maior previsibilidade orçamentária e flexibilidade de gestão.

Já sob a ótica da eficiência, a terceirização viabiliza a implementação célere e segura do programa, reduzindo riscos operacionais e garantindo a continuidade do estágio conforme o calendário letivo. Em contrapartida, a tentativa de internalização imediata poderia levar à descontinuidade da política pública, à judicialização de demandas estudantis, à evasão escolar e ao comprometimento dos resultados educacionais da rede estadual.

Portanto, diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação de entidade especializada externa representa a alternativa mais compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública, com os objetivos legais e pedagógicos do programa e, sobretudo, com o interesse público primário, que exige da Administração a garantia da qualidade formativa, da proteção dos direitos dos estudantes e da legalidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Modalidade de licitação

Para esta solução, salvo melhor juízo, a modalidade licitatória mais adequada é o Pregão. O objeto, embora complexo, pode ser considerado um serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado. Conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021, para objetos dessa natureza, o Pregão é a modalidade a ser adotada.

Contudo, ciente da alta criticidade e complexidade do serviço, e para mitigar o risco de contratar uma proposta de menor preço que se revele tecnicamente incapaz de cumprir as exigências na prática, a Administração utilizará um instrumento fundamental previsto na lei: a Prova de Conceito (PoC).

Fundamentada no art. 17, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a PoC será aplicada ao licitante provisoriamente vencedor como condição de aceitabilidade da proposta. Este teste prático servirá para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

verificar, de forma inequívoca e objetiva, se a solução ofertada possui a aderência técnica, operacional e pedagógica exigida no Termo de Referência.

Dessa forma, a combinação Pregão + Prova de Conceito representa o arranjo mais completo e seguro para esta contratação, pois equilibra a eficiência econômica e a ampla competição, inerentes ao Pregão, com a segurança técnica e a garantia de qualidade proporcionadas pela PoC, para assegurar que a instituição contratada será capaz de:

- Atuar como interlocutora eficaz entre a SEDUC-SP e os campos de prática (unidades de saúde e hospitais);
- Garantir a qualidade pedagógica e técnica da formação dos estagiários, em conformidade com as diretrizes curriculares e as normativas do COREN/COFEN;
- Cumprir com os requisitos legais previstos na Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio) e em outras normativas pertinentes.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução identificada como mais adequada, diante da complexidade operacional e normativa envolvida, consiste na contratação de uma instituição com expertise na operacionalização, gestão e supervisão de estágios obrigatórios na área da saúde, com foco na formação técnica em Enfermagem, conforme as exigências do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (Resolução CNE/CEB nº 2/2022), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 1/2005) e da Lei nº 11.788/2008.

Trata-se de uma solução integrada, estruturada e multidimensional, voltada à articulação entre o ambiente escolar e os serviços de saúde, com o objetivo de garantir que os estudantes da rede estadual matriculados no Curso Técnico em Enfermagem cumpram de maneira qualificada e segura as 600 (seiscentas) horas previstas de estágio supervisionado obrigatório, etapa indispensável para a certificação do curso e futura habilitação profissional, com carga horária dividida da seguinte maneira:

| COMPONENTE | CARGA HORÁRIA | QTDE DIAS |
|--|---------------|-----------|
| FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM | 150 HORAS | 25 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NOS SISTEMAS ORGÂNICOS | 150 HORAS | 25 |
| DESENVOLVIMENTO HUMANO E CUIDADO INTEGRAL | 102 HORAS | 17 |
| SAÚDE COLETIVA | 66 HORAS | 11 |
| SAÚDE DO IDOSO E SAÚDE MENTAL | 66 HORAS | 11 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E AO PACIENTE CRÍTICO | 66 HORAS | 11 |

Formação das turmas de estágio

Os grupos de estágio serão organizados em conformidade com o Plano de Curso, considerando a quantidade de estudantes permitidos por unidade clínica ou área de prática, bem como a proporção adequada entre estagiários e preceptores. A composição dos grupos poderá incluir, quando necessário, estudantes em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

processo de reposição de carga horária de estágio, desde que respeitados os limites de supervisão, as normas de segurança e a qualidade da formação profissional.

A execução dessa solução requer capacidade institucional para gestão de grandes volumes, expertise técnica específica e sensibilidade pedagógica para atuar em rede com as unidades escolares da SEDUC-SP, serviços de saúde conveniados e profissionais habilitados. A atuação da instituição contratada deverá contemplar os seguintes eixos estruturantes, de forma sistêmica e contínua:

1. Designação, formação e acompanhamento dos preceptores de campo

- Seleção, designação e credenciamento de enfermeiros preceptores com registro ativo e regular no COREN-SP, em quantidade compatível com o número de estudantes e turnos de estágio;
- Atribuição formal e institucional de responsabilidades aos preceptores quanto à supervisão direta, orientação técnica, preenchimento de documentos e apoio na avaliação formativa dos alunos;
- Promoção de capacitações periódicas, com foco em metodologias de supervisão, legislação educacional, ética profissional, integração ensino-serviço e protocolos assistenciais;
- Monitoramento de desempenho dos preceptores, mediante instrumentos de avaliação próprios, com possibilidade de substituição em casos de desempenho insuficiente ou descumprimento de obrigações.
- Previsão de substituição imediata em caso de ausência do preceptor no dia e horário designados para cumprimento da carga horária de estágio, devendo ser providenciado profissional habilitado substituto no prazo máximo de 2 (duas) horas, a fim de garantir a continuidade das atividades e a supervisão adequada dos estudantes.

2. Supervisão técnica do estágio

- Elaboração, junto à equipe da escola, do Plano de Estágio específico por unidade, considerando as unidades curriculares com carga horária específica, número de estudantes, áreas temáticas, competências profissionais e eixos curriculares;
- Coordenação de cronogramas, turnos, lotações e rotatividade de campos para assegurar ampla vivência prática;
- Definição de critérios objetivos de avaliação, incluindo competências técnicas, relacionais, éticas e comportamentais;
- Execução de supervisão in loco, com visitas técnicas, reuniões de mediação com os campos e as escolas, e validação pedagógica das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

3. Gestão administrativa, documental e jurídica do estágio

- Organização e formalização dos Termos de Compromisso de Estágio (TCEs), assegurando o correto preenchimento de todos os campos obrigatórios e a assinatura por todas as partes envolvidas (aluno, escola e concedente);
- Controle rigoroso da carga horária realizada por aluno, com sistemas de registro de frequência validados por preceptores e pela escola;
- Emissão de relatórios periódicos e consolidados de acompanhamento, frequência, produtividade, intercorrências e avaliação por campo e por estudante;
- Gerenciamento documental em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com segurança digital, controle de acesso e backup das informações.

4. Apoio técnico-pedagógico à rede estadual de ensino



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Apoio direto às equipes gestoras e pedagógicas das escolas da SEDUC-SP no planejamento e acompanhamento do estágio, inclusive com a disponibilização de profissionais de referência por Unidade Regional de Ensino;
- Realização de formações periódicas, webinários, oficinas e encontros técnicos com as equipes escolares para capacitação, atualização normativa e troca de experiências;
- Fornecimento de materiais pedagógicos e manuais operacionais sobre a condução do estágio, direitos e deveres dos estudantes, e processos de avaliação;
- Estabelecimento de canal direto de atendimento a dúvidas, intercorrências e orientações sobre o estágio.

5. Sistema informatizado de gestão do estágio

- Disponibilização de plataforma digital segura e integrada à SEDUC-SP, com interfaces específicas para estudantes, escolas, preceptores, instituições concedentes e órgão gestor do contrato;
- Funcionalidades da plataforma: cadastro, cronograma, registro de frequência, upload de documentos, geração de relatórios automatizados, dashboards de indicadores, notificações e canal de comunicação direta;
- Aderência aos requisitos da LGPD e compatibilidade com as diretrizes de interoperabilidade do setor público.

6. Garantia de conformidade legal, normativa, ética e de qualidade

- Execução integralmente alinhada às disposições da Lei nº 11.788/2008, da Lei nº 14.133/2021, das Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, da legislação educacional vigente e das normativas dos Conselhos de Enfermagem (COFEN/COREN);
- Monitoramento por indicadores de qualidade como: índice de conclusão do estágio, satisfação dos campos e das escolas, percentual de evasão no estágio, tempo médio de alocação dos estudantes, conformidade documental;
- Garantia de equidade, inclusão, respeito à diversidade e atenção a estudantes em situação de vulnerabilidade ou com deficiência;
- Prevenção ativa de desvio de função, assédio moral ou institucional, e quaisquer formas de violação dos direitos dos estudantes e dos usuários dos serviços de saúde.

7. Aferição da execução e pagamento

A medição dos serviços será realizada com base na verificação da conformidade da execução e na análise dos documentos comprobatórios apresentados pela contratada, assegurando que o pagamento reflita exclusivamente a carga horária efetivamente cumprida pelos estagiários nos campos de estágio. Para fins de aferição, a contratada deverá demonstrar o cumprimento integral do cronograma estabelecido, incluindo as datas de início e término das unidades curriculares, bem como a regularidade da supervisão técnica e da frequência dos estudantes.

Ao término de cada unidade curricular, a contratada deverá encaminhar à contratante um Relatório Técnico de Execução, composto obrigatoriamente pelo Controle de Frequência Individual de cada estagiário, pela Planilha de Medição Consolidada e pelo Relatório Técnico descritivo. O Controle de Frequência Individual deverá apresentar o registro diário da carga horária executada, devidamente assinado e carimbado pela unidade concedente e validado pelo supervisor enfermeiro responsável, além de indicar faltas, afastamentos, reposições e demais intercorrências, incluindo o total mensal de horas realizadas. A Planilha de Medição Consolidada deverá reunir as informações gerais da turma e do campo de estágio, como Diretoria de Ensino, município, escola estadual de referência, unidade concedente, total de estagiários ativos no período, carga



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

horária prevista para o componente curricular e horas efetivamente cumpridas por cada estudante. A planilha também deverá indicar eventuais reposições de carga horária e apresentar a relação estagiário/supervisor em conformidade com as normativas do COFEN e do COREN. O Relatório Técnico descritivo deverá detalhar as atividades desenvolvidas, as competências trabalhadas, as evidências de supervisão técnica, as intercorrências registradas e, quando aplicável, a avaliação parcial dos estagiários.

O pagamento devido à contratada será calculado exclusivamente a partir das horas-aula efetivamente executadas, considerando apenas registros completos, assinados e validados.

Horas não comprovadas, registros incompletos ou atividades realizadas sem supervisão obrigatória não serão contabilizadas. As horas de reposição serão consideradas apenas no mês de sua efetiva execução, e no caso de estudantes desligados ou desistentes, somente serão contabilizadas as horas registradas até a última data válida.

Para fins de cálculo do valor a ser pago, adota-se o valor contratado por aluno, dividido por 600 horas — carga horária anual de referência para fins de proporcionalidade. O valor resultante da hora-aula será multiplicado pela quantidade de horas efetivamente executadas no componente curricular por cada estagiário e, em seguida, pelo número total de estudantes ativos na unidade curricular. Dessa forma, assegura-se que o pagamento reflita estritamente a execução real do serviço educacional supervisionado, garantindo proporcionalidade, exatidão e aderência às diretrizes legais e contratuais.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Atualmente, há 492 (quatrocentos e noventa e dois) estudantes matriculados na 3ª série e 1.507 (mil quinhentos e sete) estudantes matriculados na 2ª série do Curso Técnico em Enfermagem ofertado no âmbito do Itinerário da Formação Técnica e Profissional da rede pública estadual de ensino de São Paulo, conforme evidências acostadas a este artefato.

Considerando que o estágio supervisionado obrigatório é realizado na etapa final do curso, ou seja, após o cumprimento da carga horária teórica e laboratorial prevista na matriz curricular, estima-se que o número de estudantes aptos à realização do estágio obrigatório seja equivalente ao total de matriculados.

Dessa forma, estima-se a necessidade de contratação de instituição parceira que seja capaz de operacionalizar, gerir e supervisionar o estágio obrigatório para todos os estudantes, distribuídos em diferentes regiões do Estado, considerando a capilaridade da rede estadual de ensino e a necessidade de atendimento descentralizado, conforme a organização das Unidades Regionais de Ensino (UREs).

Deve-se, ainda, considerar que o estágio supervisionado contará com carga horária de 600 horas, conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso técnico em Enfermagem, a ser cumprida de maneira progressiva, prática e supervisionada nos campos de estágio devidamente conveniados.

Assim, a estimativa de quantidades a ser considerada para os fins de planejamento da contratação é a seguinte:

| Item | Quantidade Estimada |
|---|---------------------|
| Estudantes a serem atendidos | 2026 – 492 ALUNOS |
| | 2027 – 1.507 ALUNOS |
| Carga horária mínima de estágio por estudante | 600 horas |

| Região | Municípios Abrangidos | Alunos 2026 | Alunos 2027 | Total de Alunos |
|--------|-----------------------|-------------|-------------|-----------------|
|--------|-----------------------|-------------|-------------|-----------------|



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

| | | | | |
|----------|---|-----|-----|-------|
| Região 1 | Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo André, São Paulo, Suzano, Guarulhos Sul, Mauá, São Bernardo do Campo | 350 | 907 | 1.257 |
| Região 2 | Itatiba, Piracicaba, São José do Rio Preto, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Limeira, Marília, Jundiaí, Bragança Paulista, Rio Claro | 82 | 464 | 546 |
| Região 3 | Registro, Santos, Taubaté, Praia Grande | 60 | 136 | 196 |

A presente estimativa será utilizada como referência para a composição do valor global da contratação, para a verificação da capacidade técnica-operacional da instituição proponente e para o dimensionamento dos recursos necessários à adequada execução contratual.

7. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023](#).

A adoção do sigilo do valor estimado para a presente contratação pública constitui medida estrategicamente fundamentada, amparada no artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023. Tal prática visa prevenir comportamentos anticompetitivos, mitigar o risco de alinhamento de preços e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em estrita consonância com os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

O arcabouço legal vigente autoriza expressamente essa prerrogativa. O artigo 24 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que, "desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas", ressalvando que o sigilo não prevalece perante os órgãos de controle. No mesmo sentido, o artigo 6º do Decreto Estadual nº 67.888/2023 reforça a possibilidade de adoção do caráter sigiloso, exceto em licitações cujo critério de julgamento seja o de maior desconto, o que não se aplica ao caso em tela, regido pelo menor preço.

Ao não divulgar o valor máximo aceitável (balizador), a Administração inibe que os licitantes calibrem suas propostas artificialmente próximas ao teto orçamentário. O sigilo força as empresas a precificarem seus serviços com base em seus reais custos operacionais e eficiência, estimulando uma disputa de preços genuína e mais agressiva em favor do Erário.

No caso em questão, a contratação visa a gestão e execução do Estágio Obrigatório de Enfermagem, um serviço de natureza técnica especializada que envolve uma complexa composição de custos, incluindo a mobilização de preceptores (mão de obra qualificada), fornecimento de tecnologia (SaaS), gestão de seguros e articulação de rede hospitalar. Por atuar em um nicho de mercado específico, a divulgação prévia do orçamento poderia induzir as licitantes a nivelarem suas ofertas pelo valor máximo previsto, desestimulando a otimização de escalas e a eficiência logística que se busca com a contratação. O sigilo, portanto, é instrumento vital para aferir o preço real de mercado para esta solução integrada.

Ressalta-se que a estimativa do valor foi elaborada com base em metodologia robusta, consulta de mercado, utilizando fontes fidedignas como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o Painel de Preços e a Bolsa Eletrônica de Compras (BEC/SP), assegurando que o orçamento oculto reflita valores compatíveis com a realidade de mercado e ofereça respaldo técnico para a decisão administrativa.

É imperioso destacar que o sigilo restringe-se exclusivamente ao valor monetário estimado. Todas as informações cruciais para a formulação das propostas, como quantitativos de alunos, carga horária, especificações técnicas dos serviços de preceptoria e requisitos da plataforma tecnológica, são amplamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

divulgadas no Edital e seus anexos, garantindo a isonomia e a clareza do objeto. Adicionalmente, em cumprimento ao inciso I do artigo 24 da Lei nº 14.133/2021, o sigilo não é oponível aos órgãos de controle interno e externo, preservando-se a fiscalização e a transparência dos atos administrativos.

Conclui-se, assim, que a confidencialidade do valor estimado é uma ferramenta indispensável para garantir a competitividade e a economicidade neste processo licitatório. Além de proteger os interesses da Administração contra práticas anticompetitivas, a medida assegura uma alocação mais eficiente dos recursos públicos, promovendo um certame justo e alinhado aos princípios da gestão pública eficiente.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

O parcelamento do objeto, nos termos do artigo 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, visa garantir a adequada execução contratual, observando os princípios da economicidade, eficiência, efetividade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública. No presente caso, o parcelamento mostra-se tecnicamente justificado e operacionalmente necessário, diante da abrangência territorial, da quantidade de unidades escolares envolvidas, da complexidade logística da execução simultânea do estágio obrigatório supervisionado e da necessidade de articulação com redes locais de saúde.

Trata-se da operacionalização e supervisão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, no âmbito do Programa de Educação Profissional Paulista, a ser desenvolvido ao longo dos anos de 2026 e 2027, nas unidades escolares da rede estadual, localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo.

Diante dessa realidade, a estratégia adotada contempla a divisão do objeto em três grupos/lotos regionais, considerando a localização geográfica, a capacidade de gestão territorial, a disponibilidade de campos de estágio na rede de saúde local, bem como a viabilidade logística para acompanhamento presencial e supervisão técnica-pedagógica das atividades desenvolvidas nas escolas e nas instituições de saúde conveniadas.

A estrutura definida é a seguinte:

Região 1 - Região Metropolitana

Região 2 - Interior

Região 3 - Litoral

A divisão por regiões considera:

- A densidade populacional e a complexidade da rede de saúde em cada região;
- A concentração e distribuição das unidades escolares participantes;
- As características urbanas, periurbanas e rurais que impactam a logística;
- A capacidade instalada das instituições parceiras locais;
- A necessidade de garantir presença ativa da instituição supervisora no território, com deslocamentos viáveis para visitas técnicas, capacitações, reuniões de alinhamento e controle de qualidade.

Abaixo, detalha-se a distribuição dos municípios por lote, com indicação do ano de execução do estágio e o número estimado de turma

| Região | Municípios Abrangidos | Alunos 2026 | Alunos 2027 | Total de Alunos |
|----------|--|-------------|-------------|-----------------|
| Região 1 | Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo André, São Paulo, Suzano, Guarulhos Sul, Mauá, São Bernardo do Campo | 350 | 907 | 1.257 |



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

| | | | | |
|-------------|---|----|-----|-----|
| Região 2 | Itatiba, Piracicaba, São José do Rio Preto, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Limeira, Marília, Jundiaí, Bragança Paulista, Rio Claro | 82 | 464 | 546 |
| Região 3 | Registro, Santos, Taubaté, Praia Grande | 60 | 136 | 196 |

A adoção da estratégia de parcelamento por lote regionalizado proporciona os seguintes benefícios:

- Eficiência administrativa e operacional, por permitir a especialização da execução contratual por território;
- Aprimoramento da gestão pedagógica, com atuação direta da instituição contratada junto às escolas e campos de estágio;
- Melhoria no controle e supervisão técnica, com visitas regulares e acompanhamento de desempenho em campo;
- Otimização de recursos públicos, ao reduzir deslocamentos extensos, evitar sobrecarga de uma única instituição e facilitar a resolução de problemas in loco;
- Garantia de equidade regional, assegurando que todas as regiões recebam atenção proporcional à sua realidade e número de turmas;
- Facilidade na articulação com redes de saúde locais (SUS), promovendo maior integração interinstitucional e respeitando os protocolos regionais.

O parcelamento do objeto da contratação, com base em critérios territoriais e operacionais, mostra-se não apenas legalmente admissível, mas tecnicamente imprescindível para o cumprimento dos objetivos do Programa de Educação Profissional Paulista. A distribuição por três lotes (Região Metropolitana, Interior e Litoral), com alocação planejada de turmas por ano e território, assegura a viabilidade da execução contratual, o cumprimento das normas pedagógicas e sanitárias e o atendimento às demandas regionais com qualidade, responsabilidade e economicidade.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas contratações correlata.

10. DEMONSTRAÇÕES DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

I) ID PCA no PNCP: 46384111000140-0-000095/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 10/07/2025;

III) Id do item no PCA: 54;

IV) Classe/Grupo: OUTROS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO;

V) Identificador da Futura Contratação: 80356-3515/2026;

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de uma instituição parceira para a operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem justifica-se pela necessidade de assegurar a efetiva implementação do itinerário de formação técnica e profissional, conforme o novo Ensino Médio e dentro do Programa de Educação Profissional Paulista, promovido pela SEDUC-SP. Essa iniciativa visa alcançar uma série de resultados estratégicos que contribuem diretamente para a qualidade do ensino e a formação de profissionais altamente capacitados para o setor de saúde.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

a) **Universalização do Estágio Supervisionado para Todos os Estudantes:** A principal meta dessa parceria é garantir que todos os estudantes do Curso Técnico em Enfermagem, independentemente de sua localização ou contexto socioeconômico, tenham acesso ao estágio supervisionado obrigatório, um componente essencial para a formação técnica. Por meio da contratação de uma instituição especializada, será possível fornecer essa experiência prática a todos os alunos, em todas as regiões do Estado, com a mesma qualidade e consistência, respeitando a diversidade do território paulista e ampliando as oportunidades de formação.

b) **Qualificação da Formação Técnica em Conformidade Legal:** A execução do estágio supervisionado, sob a gestão de uma instituição qualificada, assegura que a formação técnica esteja alinhada às normas legais e regulamentares exigidas pelos órgãos competentes, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Regional de Enfermagem (COREN). Além disso, a instituição parceira será responsável por garantir que os preceptores envolvidos no estágio estejam devidamente habilitados e registrados, cumprindo rigorosamente os requisitos legais que regem a prática profissional. Essa conformidade legal assegura que os estudantes não apenas cumpram sua carga horária de estágio, mas o façam de acordo com os mais altos padrões éticos e técnicos.

c) **Redução da Evasão e Aumento da Empregabilidade:** Ao integrar teoria e prática de forma eficaz, o estágio supervisionado contribui para a diminuição da evasão escolar, pois proporciona aos alunos uma vivência profissional concreta e valiosa. Além disso, a experiência prática adquirida no estágio aumenta a empregabilidade dos estudantes, pois os prepara de maneira mais eficaz para as exigências do mercado de trabalho. A atuação em unidades de saúde reconhecidas e a supervisão contínua por profissionais experientes garantem que os alunos saiam da formação com uma qualificação superior, tornando-os mais competitivos e preparados para o ingresso no setor de saúde.

d) **Aprimoramento da Gestão do Programa de Educação Profissional:** A parceria com uma instituição especializada aprimora a gestão do Programa de Educação Profissional Paulista, proporcionando uma gestão mais eficiente e integrada do estágio supervisionado. A instituição parceira, com sua experiência e infraestrutura, será capaz de coordenar as atividades práticas de forma mais eficaz, realizando a supervisão dos estudantes, o acompanhamento dos preceptores e a avaliação contínua do processo formativo. Isso permitirá uma gestão mais eficiente dos recursos, assegurando o cumprimento dos objetivos do programa e melhorando a qualidade do ensino ofertado.

e) **Integração com o Setor Saúde e Formação Cidadã dos Estudantes:** A integração com o setor de saúde é um resultado fundamental da execução do estágio supervisionado. A atuação em diversos ambientes de saúde, como hospitais, clínicas e unidades de saúde, permite que os estudantes compreendam melhor as necessidades da população e a dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa experiência também proporciona uma formação cidadã, estimulando os alunos a refletirem sobre sua responsabilidade social e ética na prática profissional. A vivência no campo de estágio permite que os estudantes adquiram não apenas competências técnicas, mas também uma visão ampla sobre o cuidado integral à saúde, promovendo a humanização e o compromisso com a qualidade no atendimento.

Em síntese, a contratação de uma instituição parceira visa não apenas a implementação do estágio supervisionado obrigatório, mas também a promoção de uma formação técnica sólida e alinhada às necessidades do setor de saúde. Esse modelo de gestão contribuirá significativamente para a qualificação dos futuros profissionais de enfermagem, garantindo que estejam preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, comprometidos com a ética e o bem-estar social. A parceria com uma instituição especializada representa, portanto, um passo essencial para o fortalecimento da formação técnica no Estado de São Paulo, para o sucesso dos alunos e para a melhoria do sistema de saúde pública.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- Antes da assinatura do contrato, serão adotadas as seguintes medidas:
- Reserva de recursos financeiros.
- Empenho do valor contratado.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- Designação de servidores para a gestão e fiscalização do contratos

13.IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação da instituição parceira para a operacionalização, gestão e supervisão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem não acarreta impactos ambientais significativos diretos ou indiretos, uma vez que a atividade-fim está relacionada à formação educacional em ambiente de prática profissional supervisionada, com foco na qualificação técnica de estudantes.

O estágio supervisionado será desenvolvido em estabelecimentos de saúde públicos e privados previamente conveniados, já licenciados e em funcionamento regular, não havendo demanda por construção civil, intervenção em áreas verdes, uso intensivo de recursos naturais ou geração de resíduos perigosos vinculados à execução do contrato.

Ainda assim, recomenda-se que a instituição contratada adote práticas administrativas sustentáveis e alinhadas aos princípios da responsabilidade socioambiental, conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange:

- Ao uso racional de recursos materiais e de energia nos processos de supervisão, gestão e comunicação com as unidades escolares e campos de estágio;
- À preferência por meios eletrônicos para envio de documentos, relatórios e registros, minimizando o uso de papel;
- Ao incentivo à mobilidade sustentável, sempre que possível, por parte das equipes de supervisão e acompanhamento técnico;
- À observância de normas de segurança e biossegurança nos campos de estágio, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

Dessa forma, embora não se prevejam impactos ambientais relevantes, a execução contratual deve observar critérios de sustentabilidade e de responsabilidade ambiental, contribuindo com os compromissos da Administração Pública em relação ao desenvolvimento sustentável e à promoção da educação ambiental institucional.

14. VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

A contratação de instituição parceira para a operacionalização, gestão e supervisão do estágio obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem, no âmbito do Programa de Educação Profissional Paulista, revela-se viável, necessária e aderente ao interesse público, tendo em vista a natureza do objeto, a indisponibilidade de execução direta pela Administração e os objetivos estratégicos da política pública de expansão da educação profissional técnica.

Conforme disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade caracterizar a necessidade da contratação e demonstrar a viabilidade técnica da solução. Nesse sentido, verifica-se que a execução do estágio obrigatório exige a articulação com campos de estágio da área da saúde, a disponibilização de equipe qualificada para a supervisão técnica (em conformidade com a Resolução COFEN nº 566/2018) e o atendimento aos critérios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 1/2021).

A viabilidade técnica está consubstanciada na constatação de que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo não dispõe de estrutura própria suficiente para realizar diretamente a mediação entre os estabelecimentos de saúde e os estudantes, tampouco para gerir e supervisionar o estágio, de forma padronizada, em todo o território estadual. Assim, a contratação de entidade especializada representa a alternativa mais eficaz e eficiente para assegurar a oferta do estágio obrigatório, atendendo à legislação vigente e às especificidades da formação técnica em enfermagem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

No âmbito da análise de mercado, foi identificada a existência de instituições com experiência consolidada e capacidade técnica para a realização do objeto pretendido, conforme demonstrado no item de estimativa de custos deste ETP. Essas instituições detêm expertise na intermediação de estágios em saúde, contam com profissionais habilitados e infraestrutura gerencial compatível com as demandas do programa, o que confere viabilidade operacional e segurança jurídica à contratação.

A estimativa preliminar de custos apresentada no item anterior será refinada no momento da pesquisa formal de preços a ser realizada pela CPLIC, conforme o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, de modo a assegurar a vantajosidade da contratação e a observância ao princípio da eficiência.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, juridicamente possível e economicamente justificável, apresentando-se como solução adequada para garantir a continuidade, a regularidade e a qualidade da oferta do estágio obrigatório para os alunos da 3ª série do Curso Técnico em Enfermagem da rede estadual.

15. DECLARAÇÃO DE ANEXOS

1. Plano de curso -
[https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing;);
2. Matriz Curricular -
[https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing;);;
3. Consulta ao Conselho Estadual de Educação -
[https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing;);;
4. Consulta ao Conselho Nacional de Educação -
[https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing;);
5. Evidências de estimativa de quantidades -
[https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/16h17wMjlvAJfPeru4iNZpGqoFpo1PK6x?usp=sharing;);



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº 015.00860485/2024-09)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº, CELEBRADO
ENTRE ESTADO DE SÃO PAULO, REPRESENTADO PELA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, POR INTERMÉDIO DA
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA E

.....

O Estado de São Paulo, representado pela Secretaria da Educação, por intermédio da Subsecretaria Pedagógica, com sede na Praça da República, nº 53 – Centro – São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo Subsecretário, Daniel Cabral Casado de Barros, nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 015.00860485/2024-09 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

| Região X | | | | | | | | |
|----------|--|--------|-------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--|--|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS (A) | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO (B) | VALOR UNITÁRIO (HORA DE ESTÁGIO) (C) | VALOR TOTAL POR ALUNO (VALOR DA HORA DE ESTÁGIO X 600 HORAS) D = (B)*(C) | VALOR TOTAL (QUANTIDADE DE ALUNOS X VALOR TOTAL POR ALUNO) (A)*(D) |
| 1 | Serviços de instituição para execução de | 15156 | HORA | xxx | 600 HORAS | R\$ | R\$ | R\$ |



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

| | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço unitário**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ____/____/____.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços ao Consumidor – IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Para a aplicação do índice de reajustamento especificado nesta disposição, será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = P_0 \left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1 \right) \right]$$

Onde:

- **R = parcela de reajuste;**
- **P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;**
- **IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 01 (um) mês para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, contado a partir da conclusão da instrução do



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada [pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.1.1. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.1.2. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.1.3. Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.4. O Contratado deve:

10.1.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e

10.1.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.1.5. O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.1.6. O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.

10.1.7. O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), no âmbito da execução deste Contrato.

10.1.8. Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.

10.1.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.

10.1.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#) ou de instruções do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.1.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

10.1.12. É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância, pelo Contratado, da adequada proteção desses dados, cabendo ao Contratado o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade nacional e de outro(s) país(es) que for aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade **XXXXXX**, no valor de R\$ _____ (), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do [Decreto estadual nº 55.938, de 2010](#), com a redação que lhe foi dada pelo [Decreto estadual nº 57.159, de 2011](#), na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

- I. Gestão/Unidade: **xxx**
- II. Fonte de Recursos: **xxx**
- III. Programa de Trabalho: **xxx**
- IV. Elemento de Despesa: **xxx**
- V. Plano Interno: **xxx**
- VI. Nota de Empenho: **xxx**

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

ANEXO III

RESOLUÇÃO SEDUC Nº 28, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 12, inciso I, alínea b, da Lei 10.177, de 30 de dezembro de 1998, e considerando: as disposições da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021, que estabelece procedimento para aplicação de sanções decorrentes da prática de infrações previstas nos artigos 155 a 163; o Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); o disposto no Decreto Estadual nº 69.665, de 30 de junho de 2025, que aprovou a estrutura organizacional da SEDUC-SP; a Resolução SEDUC nº 122, de 4 de setembro de 2025, que delega competência ao Secretário Executivo; a necessidade de padronizar o procedimento administrativo sancionatório no âmbito desta Pasta.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º – Esta Resolução disciplina a aplicação das sanções administrativas, o processo administrativo sancionatório e os registros e comunicações correlatos decorrentes de infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Artigo 2º – Compete:

I – ao Ordenador de Despesa, aplicar as sanções de advertência e de multa;

II – ao Secretário Executivo, aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual;

III – ao Secretário de Estado da Educação, aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, observada a análise jurídica prévia (art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

Parágrafo único - A dosimetria considerará a natureza e gravidade da infração, os danos causados, as circunstâncias atenuantes e agravantes, a proporcionalidade e a razoabilidade, bem como a boa-fé, cooperação e medidas de mitigação adotadas pelo interessado.

CAPÍTULO II

DA SUSPENSÃO CONTRATUAL

Artigo 3º – Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente da Unidade/Coordenadoria poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da Lei Federal nº 14.133/21.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES E DA DOSIMETRIA

Artigo 4º – O licitante ou contratado que incidir nas infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito às seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual direta e indireta, pelo prazo de até 3 (três) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º – A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º – As sanções de que tratam os incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

§ 3º – As multas sancionatórias e moratórias possuem naturezas distintas e serão disciplinadas em seções próprias desta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 4º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São circunstâncias agravantes da sanção:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado na Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BEC/SP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 12 (doze) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pela Secretaria de Estado da Educação;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido, que somente será considerada quando estiver vinculada a uma das infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

3 - ausência deliberada de resposta às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, acerca da falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1 - quando restar comprovada a ausência de registro na Bolsa Eletrônica de Compras de São Paulo (BEC/SP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório;

2 - O erro justificável cometido pelo licitante ou contratado;

3 - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

4 - mitigação dos efeitos danosos da respectiva conduta.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I

Da Advertência

Artigo 6º - A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta na hipótese de descumprimento contratual de pequena relevância, que não acarrete prejuízo significativo à Administração que justifique a imposição de penalidade mais grave, podendo ser cumulada com a pena de multa.

Seção II

Da Multa

Artigo 7º – A multa sancionatória será aplicada nas hipóteses do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), a ser calculada na conformidade dos Anexos I e II desta resolução.

§ 1º – No caso de descumprimento parcial do ajuste, a multa deverá ser calculada de forma proporcional ao tempo da execução do contrato, ou sobre a parcela inadimplida.

§ 2º – Quando não houver valor contratual definido, a multa incidirá sobre o valor estimado da contratação, apurado na pesquisa de preços (art. 23 da Lei nº 14.133/2021), ou, na sua ausência, sobre a estimativa preliminar constante do Documento de Formalização de Demanda (DFD) e/ou do Estudo Técnico Preliminar (ETP).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Artigo 8º – A multa moratória incidirá em caso de atraso na execução de obrigação contratual, nos termos do art. 162 da Lei federal nº 14.133/2021, tendo como base de cálculo o valor da parcela em atraso, e será contada em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - de 0,5% (meio por cento) ao dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos estipulados, calculada sobre o valor da parcela entregue com atraso, até o 10º (décimo) dia de atraso;

II - de 1% (um por cento) ao dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos estipulados, calculada sobre o valor da parcela em atraso, entre o 11º (décimo primeiro) e o 30º (trigésimo) dia de atraso, em acréscimo ao disposto no inciso I;

III - Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

Parágrafo único - Até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a autoridade poderá, mediante decisão motivada, converter a multa moratória em multa sancionatória e promover a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta resolução.

Artigo 9º - O valor da multa aplicada será compensado dos pagamentos devidos pela Administração.

Parágrafo único - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Seção III

Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 10 - Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e de firmar contratos com a Administração Pública Estadual direta e indireta, por um período de até três anos, sempre que não houver justificativa para uma sanção mais rigorosa aos responsáveis pelas infrações a seguir especificadas:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: 1 (um) ano;

II - dar causa à inexecução total do contrato: parâmetro inicial de 2 (dois) anos;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: 2 (dois) meses;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: 4 (quatro) meses;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado no prazo de validade de sua proposta: 6 (seis) meses;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: 6 (seis) meses.

Parágrafo único - Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até a sanção máxima de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV

Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 11 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do caput do artigo 155 da LLCA, bem como, se justificarem a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o contratado ou licitante de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato.

Artigo 12 - A ocorrência de uma conduta que se enquadre em múltiplas infrações no âmbito de uma mesma licitação ou relação contratual implicará a aplicação da sanção correspondente à infração de maior gravidade. Na hipótese de conduta classificável em duas ou mais infrações de igual gravidade, será aplicada somente uma penalidade, considerando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstâncias agravantes para fins de dosimetria da sanção.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Seção I



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Da Instauração do Processo Administrativo Sancionatório

Artigo 13 - A instauração do processo sancionatório será precedida de comunicação formal elaborada pelo gestor, ou pelo agente responsável pelo acompanhamento da execução contratual, contendo a descrição objetiva dos fatos, a qual deverá ser encaminhada à autoridade competente e, posteriormente, remetida à Coordenadoria de Procedimento Sancionatório para certificação da regularidade da instrução inicial, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da Lei federal nº 14.133/2021.

Artigo 14 - A comunicação a que se refere o artigo anterior se dará por meio de parecer técnico opinativo da área requisitante ou contratante, contendo a identificação do fornecedor, a descrição objetiva dos fatos, a indicação do enquadramento jurídico e os elementos de prova disponíveis.

Artigo 15 - Recebida a comunicação, a Coordenadoria de Procedimento Sancionatório opinará quanto aos requisitos formais, devendo:

- I - verificar a regularidade da instrução e, quando necessário, determinar a complementação documental;
- II - indicar o servidor responsável pela apuração nos casos de advertência e multa, ou comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis para os casos de impedimento e declaração de inidoneidade;
- III - encaminhar os autos à autoridade competente para que esta realize o juízo de admissibilidade quanto ao mérito e, se for o caso, autorize a instauração do processo administrativo sancionatório.

Artigo 16 - Caso procedente o juízo de admissibilidade, e devidamente autorizado pela autoridade competente, o processo deverá ser encaminhado para o servidor responsável indicado, ou por comissão processante formada por 2 (dois) ou mais servidores efetivos, para análise.

Parágrafo único - Na hipótese de a infração ensejar a aplicação cumulativa das sanções de impedimento de licitar ou contratar, ou declaração de inidoneidade com a de multa, o procedimento será conduzido pela comissão processante.

Artigo 17 - Iniciado o processo administrativo sancionador, o responsável pela sua condução, ou a comissão processante, deverá intimar o licitante, ou contratado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretende produzir.

§ 1º - Na hipótese de acolhimento de requerimento para produção de novas provas ou de anexação de elementos probatórios, considerados essenciais pela comissão processante, será facultado ao licitante ou contratado o oferecimento de alegações finais, no prazo de quinze (15) dias úteis, contados a partir da data da respectiva intimação.

§ 2º - Serão indeferidas, mediante decisão devidamente motivada, as provas que se revelem ilícitas, impertinentes, desnecessárias, meramente protelatórias ou apresentadas fora do prazo legal.

§ 3º - Concluída a fase de instrução probatória ou decorrido o prazo para apresentação de alegações finais, o servidor responsável, ou a comissão processante, deverá elaborar relatório circunstanciado dos fatos apurados, no prazo máximo de quinze (15) dias úteis.

Artigo 18 - Após a confecção do Relatório Final Conclusivo, o responsável pela sua condução, ou pela Comissão Permanente de Procedimentos Apuratórios, os autos serão submetidos à Coordenadoria de Procedimento Sancionatório para certificação da instrução dos autos.

Seção II

Da Aplicação de Sanção e da Fase Recursal

Artigo 19 - Após a certificação da instrução pela Coordenadoria de Procedimento Sancionatório, o relatório conclusivo elaborado pelo servidor responsável, ou pela comissão referida no artigo 17 desta Resolução, os autos serão encaminhados de acordo com a infração identificada:

- I - ao Ordenador de Despesa, a quem compete aplicar a sanção de advertência ou multa;
- II - ao Secretário Executivo, a quem compete aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar;
- III - ao Secretário da Educação, autoridade competente para aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que, previamente à aplicação da sanção, encaminhará à Consultoria Jurídica da Pasta, nos termos do §6º do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Artigo 20 - Da decisão do Ordenador de Despesa que aplicar as sanções de advertência e multa, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Secretário Executivo, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis.

Artigo 21 - Da decisão do Secretário Executivo que aplicar a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

§ 1º - O recurso de que trata o caput deste artigo será dirigido ao Secretário Executivo, que deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proferir decisão de mérito para rever ou manter a decisão recorrida.

§ 2º - Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso ao Secretário da Educação, que decidirá sobre suas condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 22 - Da decisão que aplicar a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, a ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo.

Artigo 23 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo a partir do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 24 - A notificação dos atos relativos à aplicação de sanções será realizada por meio de ofício encaminhado ao(s) responsável(eis) por uma das seguintes formas, observando-se a ordem de preferência:

I - envio ao endereço eletrônico do fornecedor cadastrado constante do Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, com comprovante de recebimento;

II - envio pelo correio, com aviso de recebimento;

III - publicação no diário oficial eletrônico.

Seção III

Dos Cadastros dos Fornecedores Impedidos

Artigo 25 - As sanções administrativas aplicadas pela Secretaria de Estado da Educação, após o trânsito em julgado administrativo, deverão ser registradas nos seguintes prazos e sistemas:

I – no CADIN Estadual, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, decorridos o prazo contido na notificação para recolhimento da multa nos termos da Lei estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e do Decreto estadual nº 53.455, de 2 de outubro de 2008, e inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial;

II – no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;

III – na Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), no prazo de até 5 (cinco) dias úteis;

IV – em outros sistemas ou bases cadastrais estaduais ou federais que venham a ser instituídos para fins de publicidade, controle e intercâmbio de informações sobre sanções administrativas, nos prazos próprios definidos pelos respectivos normativos.

Parágrafo único – A unidade responsável pelo registro deverá assegurar a fidedignidade das informações, a atualização tempestiva dos dados e o cumprimento dos prazos estabelecidos neste artigo.

CAPÍTULO VI

DA REABILITAÇÃO

Artigo 26 - É admitida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à administração pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

V - análise jurídica prévia pela Consultoria Jurídica da Pasta, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CAPÍTULO VII

DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Artigo 27 - A personalidade jurídica do fornecedor, licitante ou contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, ou para provocar confusão patrimonial.

§ 1º - Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora, ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação, ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado.

§ 2º - Nas hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica a que se refere o caput, serão observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia pela Consultoria Jurídica da Pasta.

CAPÍTULO VIII

DO JULGAMENTO CONJUNTO DE ATOS LESIVOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO

Artigo 28 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

CAPÍTULO IX

DA PRESCRIÇÃO

Artigo 29 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela administração pública, e será:

I - interrompida pela instauração do processo administrativo punitivo de que trata o Capítulo III desta Resolução;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei Federal nº 12.486/2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Parágrafo único - Declarada a prescrição, serão os autos do procedimento sancionatório encaminhados ao Departamento de Correição da Pasta para análise de viabilidade de instauração de procedimento correcional acusatório, para apurar eventuais irregularidades que deram causa à prescrição.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 30 - Para efeito desta Resolução, equipara-se a contrato qualquer outro instrumento hábil que o substitua na forma da lei, e os ajustes decorrentes dos procedimentos auxiliares das licitações e das contratações, definidos no art. 78 da Lei nº 14.133/2021.

Artigo 31 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, na qualidade de anexo vinculante, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos administrativos e demais instrumentos congêneres firmados pela Secretaria de Estado da Educação.

Artigo 32 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

a que se referem os artigos 5º e 7º desta Resolução

Metodologia Referencial de dosimetria e aplicação das sanções administrativas

Quadro 1 – Níveis de Impacto do Dano à Administração

| Nível | Classificação | Critérios de Avaliação |
|-------|---------------|--|
| I | Mínimo | Falha formal sem prejuízo financeiro ou operacional |
| II | Pequeno | Transtorno administrativo restrito, sem prejuízo ao usuário final. |
| III | Moderado | Afeta o planejamento e gera ajustes administrativos |



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

| | | |
|----|--------|---|
| IV | Severo | Prejuízo financeiro ou interrupção relevante de serviço, Inviabilização do contrato ou dano grave ao interesse público. |
|----|--------|---|

Quadro 2 – Níveis de Gravidade da Infração

| Nível | Gravidade | Critérios |
|-------|-------------|---|
| I | Mínima | Descumprimento formal sem dolo. |
| II | Leve | Falha pontual sem prejuízo relevante |
| III | Média | Inexecução parcial com impacto administrativo |
| IV | Grave | Compromete a execução contratual |
| V | Muito Grave | Inexecução total, fraude, má-fé ou conduta dolosa grave |

Quadro 3 – Matriz Referencial de Dosimetria da Multa (0,5% a 30%)

| Impacto / Gravidade | Grau I | Grau II | Grau III | Grau IV | Grau V |
|---------------------|-------------|---------|----------|---------|--------|
| Severo | 5% | 10% | 15% | 20% | 30% |
| Moderado | 2% | 5% | 8% | 12% | 15% |
| Pequeno | 1% | 2% | 4% | 7% | 12% |
| Mínimo | Advertência | 1% | 2% | 5% | 10% |

Quadro 4 – Circunstâncias Agravantes

| Item | Agravante | Efeito Referencial |
|------|-------------------------|--|
| I | Reincidência | Elevação do percentual dentro da faixa aplicável |
| II | Erro Notório | Agravamento moderado da sanção |
| III | Obstrução Deliberada | Agravamento relevante da sanção |
| IV | Falsidade de Declaração | Elevação para patamares superiores da matriz |
| V | Dolo ou Má-Fé | Aproximação do limite máximo da faixa |

Quadro 5 – Circunstâncias Atenuantes

| Item | Atenuante | Efeito Referencial |
|------|-------------------|--|
| I | Primariedade | Redução do percentual dentro da faixa. |
| II | Erro Justificável | Mitigação do rigor sancionatório. |
| III | Equívoco sem Dolo | Aplicação de patamar inferior. |
| IV | Mitigação do Dano | Redução proporcional da sanção. |

ANEXO II

Memória de Cálculo e Fórmula Referencial de Dosimetria

| |
|---|
| 1. A fórmula para definição do valor da multa pecuniária observará os limites do art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/2021: $M = (B \times p\%) \times A \times T$ Onde: · M: Valor final da multa consolidada. · B (Base de Cálculo): Valor total atualizado do contrato ou da parcela inadimplida. · p% (Percentual Base): Percentual obtido no cruzamento entre o Nível de Impacto (Quadro 1) e o Nível de Gravidade (Quadro 2) através da Matriz Referencial (Quadro 3). · A (Fator de Agravantes): Produto dos coeficientes das circunstâncias identificadas no Quadro 4. · T (Fator de Atenuantes): Produto dos coeficientes das circunstâncias identificadas no Quadro 5. 2. Trava Legal e Arredondamentos: · O valor final M não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor contratado. · Nos casos de "Mínimo x Grau I", a sanção será de Advertência |
|---|



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

| Região 1 - Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Santo André, São Paulo, Suzano, Guarulhos Sul, Mauá, São Bernardo do Campo | | | | | | | | |
|---|---|--------|-------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--|--|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS (A) | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO (B) | VALOR UNITÁRIO (HORA DE ESTÁGIO) (C) | VALOR TOTAL POR ALUNO (VALOR DA HORA DE ESTÁGIO X 600 HORAS) D = (B)*(C) | VALOR TOTAL (QUANTIDADE DE ALUNOS X VALOR TOTAL POR ALUNO) (A)*(D) |
| 1 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 1.257 | 600 HORAS | R\$ | R\$ | R\$ |

| Região 2 - Itatiba, Piracicaba, São José do Rio Preto, Campinas, São Carlos, Ribeirão Preto, Limeira, Marília, Jundiaí, Bragança Paulista, Rio Claro | | | | | | | | |
|--|---|--------|-------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--|--|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS (A) | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO (B) | VALOR UNITÁRIO (HORA DE ESTÁGIO) (C) | VALOR TOTAL POR ALUNO (VALOR DA HORA DE ESTÁGIO X 600 HORAS) D = (B)*(C) | VALOR TOTAL (QUANTIDADE DE ALUNOS X VALOR TOTAL POR ALUNO) (A)*(D) |
| 2 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 546 | 600 HORAS | R\$ | R\$ | R\$ |



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA

Região 3 - Registro, Santos, Taubaté, Praia Grande

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE DE ALUNOS (A) | QUANTIDADE TOTAL DE HORAS DE ESTÁGIO POR ALUNO (B) | VALOR UNITÁRIO (HORA DE ESTÁGIO) (C) | VALOR TOTAL POR ALUNO (VALOR DA HORA DE ESTÁGIO X 600 HORAS) D = (B)*(C) | VALOR TOTAL (QUANTIDADE DE ALUNOS X VALOR TOTAL POR ALUNO) (A)*(D) |
|------|---|--------|-------------------|--------------------------|--|--------------------------------------|--|--|
| 1 | Serviços de instituição para execução de projeto educacional voltado à operacionalização, gestão e supervisão do estágio supervisionado obrigatório do Curso Técnico em Enfermagem. | 15156 | HORA | 196 | 600 HORAS | R\$ | R\$ | R\$ |



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA
ANEXO V**

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da [Constituição Estadual](#); e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da [Lei nº 6.019, de 1974](#), com redação dada pela [Lei nº 13.467, de 2017](#), quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA**

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.2

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº /, Processo nº /, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante se compromete a apresentar, no momento da assinatura do contrato, o Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem (COREN), em plena validade

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)